

XII SEMINÁRIO DE TRADUÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA EM LÍNGUA PORTUGUESA 2009

Criatividade e Inovação: o Futuro da Tradução

Lisboa, 16 de Novembro de 2009

Instituto Franco-Português

Fundação para a Ciência e a Tecnologia União Latina

Apoios:

- Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas – Ministério da Cultura •
- Representação da Comissão Europeia em Portugal •
- Instituto Camões • Instituto Franco-Português • Instituto Cervantes •
- Instituto Cultural Romeno

Outras Actas publicadas:

Actas do I Seminário de Tradução Científica e Técnica em Língua Portuguesa 1998

Actas do II Seminário de Tradução Científica e Técnica em Língua Portuguesa 1999

Actas do III Seminário de Tradução Científica e Técnica em Língua Portuguesa 2000

Actas do IV Seminário de Tradução Científica e Técnica em Língua Portuguesa 2001

Actas do V Seminário de Tradução Científica e Técnica em Língua Portuguesa 2002

Actas do VI Seminário de Tradução Científica e Técnica em Língua Portuguesa 2003

Actas do VII Seminário de Tradução Científica e Técnica em Língua Portuguesa 2004

Actas do VIII Seminário de Tradução Científica e Técnica em Língua Portuguesa 2005

Actas do IX Seminário de Tradução Científica e Técnica em Língua Portuguesa 2006

Actas do X Seminário de Tradução Científica e Técnica em Língua Portuguesa 2007

Actas do XI Seminário de Tradução Científica e Técnica em Língua Portuguesa 2008

Título: XII Seminário de Tradução Científica e Técnica em Língua Portuguesa 2009
“Criatividade e Inovação: o Futuro da Tradução”

Fundação para a Ciência e a Tecnologia
União Latina

Editora: União Latina

Tiragem: Exemplares

ISBN: 978-972-99976-5-5

Índice das comunicações

Introdução Daniel Prado , Director de la DTIL	3
O acordo ortográfico de língua portuguesa de 1990 – A impossibilidade linguística de um instrumento político Francisco Miguel Valada , Licenciado em Tradução e Intérprete de Conferência junto das Instituições da UE	4
Estrategias colaborativas profesor-estudiantes en clase de traducción Alfredo Álvarez Álvarez , Universidad de Alcalá de Henares de Madrid	23
O papel das redes na tradução João Brogueira , GIT	34
Consultas de tradução no Ciberdúvidas: norma, sensibilidade e informação lexicográfica Ana Martins* , Ciberdúvidas	41
O Papel das Redes Sociais na Tradução. Perspectivas do Tradutor (Inovações) Dan Mărășescu , Conselho da UE	46
Seminários Hands-On Translation (HOT): Uma iniciativa de cooperação internacional Fernando Ferreira-Alves , Universidade do Minho	47
Quando o Passado Criativo era Futuro Inovador: O Inverno de 1983 Luís Filipe PL Sabino , Ex-Funcionário da Comissão Europeia, do Comité Económico e Social Europeu e do Comité das Regiões, Bruxelas	53
Quelle politique européenne pour la traduction ? Jean-François Baldi , Direction générale à la langue française et aux langues de France	58
Lista de participantes.....	63

Introdução

Daniel Prado

Numa longa e rica tradição começada em 1988, realizou-se, em 16 de Novembro de 2009, em Lisboa, nas salas do Instituto Franco-Português, a XII edição do já famoso SEMINÁRIO DE TRADUÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA EM LÍNGUA PORTUGUESA. Este seminário, organizado conjuntamente pela União Latina e a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, contou com a colaboração da Representação da Comissão Europeia em Portugal e da Associação Portuguesa de Tradutores.

O tema desta edição do seminário foi “Criatividade e inovação: o futuro da tradução”, o que permitiu pôr em relevo, nomeadamente, estratégias de colaboração professor/estudantes em cursos de tradução e as perspectivas para os tradutores num mundo em permanente mutação. As consequências da aplicação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa não foram esquecidas, como era devido, perante essa importante evolução da língua portuguesa.

Como é de tradição, o seminário beneficiou do apoio técnico do Instituto Franco-Português, que disponibilizou a logística necessária para a sua realização.

Importa sublinhar que este seminário reuniu uma centena de participantes e contou com o apoio do Ministério da Cultura, através da Direcção-geral do Livro e das Bibliotecas, do Instituto Camões, do Instituto Cervantes, do Instituto Goethe e do Instituto Cultural Romeno.

Na abertura, os participantes assistiram à entrega do XVII Prémio de Tradução Científica e Técnica em Língua Portuguesa – Fundação para a Ciência e a Tecnologia/União Latina. Este prémio recompensa as melhores traduções científicas ou técnicas editadas recentemente, e é atribuído desde 1993.

Daniel Prado

Director

DTIL (Direcção de Terminologia e Indústrias da Língua)

O acordo ortográfico de língua portuguesa de 1990 – A impossibilidade linguística de um instrumento político

Francisco Miguel Valada

Francisco Miguel Valada nasceu no Porto em 1972. É licenciado em Tradução pela ESTG do Instituto Politécnico de Leiria e pós-graduado em Interpretação de Conferência pela Universidade do Minho. Foi professor assistente na ESTG do Instituto Politécnico de Leiria. É Intérprete de Conferência de língua portuguesa, tendo exercido durante três anos como intérprete residente da cabina portuguesa do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias no Luxemburgo, exercendo actualmente em regime de profissão liberal, domiciliado em Bruxelas. Autor de palestras sobre temas relacionados com a Interpretação de Conferência, a Linguística e a Ortografia, é igualmente autor de diversos artigos na imprensa. Recentemente, foi publicado o seu primeiro livro, *Demanda, Deriva, Desastre – Os três dês do Acordo Ortográfico* (Textiverso, 2009), apresentado sucessivamente em Leiria, no Porto, em Bruxelas e em Lisboa.

RESUMO

Numa sociedade moderna, não é aceitável que se tomem decisões políticas com implicações no quotidiano sem se considerarem os pareceres técnicos contrários a essa mesma decisão, nem que o criador de um instrumento técnico com fins políticos seja simultaneamente relator do único parecer técnico favorável a essa sua criação. Não se espera igualmente que quem elabora pareceres negativos, rigorosos e tecnicamente fundamentados seja pura e simplesmente ignorado. Contudo, isto sucedeu no âmbito do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990. Nesta comunicação, apresentam-se exemplos da confusão teórica, dos erros técnicos e das implicações nefastas deste Acordo. Defende-se a falência de um projecto tecnicamente insustentável, não com recurso à retórica, mas através dos únicos argumentos ter em conta: os argumentos linguísticos.

Introdução

Começo por saudar todos os participantes neste Seminário. Aqui, confesso, sinto-me em casa. Estou perante um público composto por colegas, quer de formação, quer de profissão, quer de investigação. Aliás, devo sublinhar a única vantagem que atribuo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990 (doravante, AO 90): reencontros. Dou o exemplo do Eng. João Roque Dias, aqui presente e cujo trabalho acompanho e admiro há muitos anos.

Devo uma saudação especial à União Latina e muito especialmente à Dra. Maria Renée Gomes, a quem agradeço o convite endereçado e que tive muita honra em aceitar.

Cumprimento todos os membros deste painel e muito especialmente o Senhor Embaixador Lauro Moreira.

Saúdo por último (mas os últimos são os primeiros) os meus colegas Intérpretes, a quem desejo continuação de um excelente trabalho.

Começo com duas notas, antes de passar à comunicação propriamente dita. E as notas impõem-se: uma, por um imperativo pessoal e científico, a outra, por imperativo moral, tendo em conta o momento actual, no que ao AO 90 diz respeito.

Dedico esta comunicação a alguém que me tem ensinado imenso no último ano e meio. Trata-se de um homem que não vira a cara à luta, tendo recolocado o debate sobre o AO 90 nos eixos científicos e possuindo três qualidades essenciais a um Professor: sabe do que fala, é humilde e dá liberdade a quem com ele aprende para tomar iniciativas próprias – prática corrente nos países desenvolvidos, com instituições do Ensino Superior nos lugares cimeiros das classificações mundiais, sejam elas a de Xangai ou a do *The Times*. O homem a quem dedico esta comunicação é, por vezes, vítima dos piores defeitos deste país e da sociedade moderna, pois, como diz Steven Weinberg, em vez de se criticar o que ele de facto diz, critica-se o que se pensa que diria uma pessoa que diz o que ele diz. Dedico esta comunicação ao Professor António Emiliano.

Relativamente ao AO 90, a minha preocupação primeira, em termos temporais e hierárquicos, prende-se com o Desastre técnico que ele representa. Foi por isso que escrevi um livro (Valada 2009a) e é por isso que aqui me encontro. Contudo, os acontecimentos iniciados com a publicação do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP) da Academia Brasileira de Letras (ABL), vendido em Portugal sem uma faixa vermelha a indicar: “este Vocabulário NÃO se aplica à norma do português europeu”, continuados com o lançamento do VOLP da Porto Editora (PE), organizado por Malaca Casteleiro, e prevendo-se o lançamento de mais dois VOLP, um da Academia das Ciências de Lisboa (ACL) e outro do Instituto de Linguística Técnica e Computacional (ILTEC), levaram-me a redigir uma crítica, gentilmente publicada pelo Ciberdúvidas da Língua Portuguesa, em que denuncio questões de índole moral.

A lei do meu país estipula que:

Os Estados signatários tomarão, através das instituições e órgãos competentes, as providências necessárias com vista à **elaboração de um vocabulário ortográfico comum** da língua portuguesa, tão completo quanto desejável e tão normalizador quanto possível, no que se refere às terminologias científicas e técnicas. (Assembleia da República 2000: 368)

João Malaca Casteleiro, organizador do VOLP da PE e igualmente negociador e autor do AO 90, diz o seguinte, num livrinho escrito em co-autoria com Dinis Correia, e passe a liberdade morfossintáctica inicial:

Está ainda previsto no Acordo a elaboração de **um amplo Vocabulário Ortográfico Unificado**, com a colaboração dos oito países lusófonos, o qual resolverá eventuais dificuldades que possam surgir na aplicação do mesmo Acordo (Casteleiro e Correia 2007: 6).

Como pode agora o mesmo João Malaca Casteleiro dizer-nos que

Com a saída **deste vocabulário** não há agora razões para que este acordo ortográfico não entre rapidamente em vigor no ensino, na comunicação social, e até no Diário da República (diário oficial luso), de modo a acompanharmos o esforço que o Brasil está a fazer no sentido de promoção da língua portuguesa não apenas no plano interno, mas também internacional

(v. Agência Lusa 2009)

quando o próprio e uma Resolução da Assembleia da República dizem o contrário? Quando a única entidade mandatada pelo Estado português é o ILTEC?

A lei do meu país fala apenas **num** Vocabulário. Agora existem dois, um da ABL e outro da PE, perspectivando-se mais dois, um da ACL e outro do ILTEC. Ora, dois mais dois, igual a quatro e não a um. Como já escrevi no Ciberdúvidas (e com esta reflexão termino esta nota),

quem se responsabiliza por esta pletora vocabular, que potencia a confusão e conduz ao desperdício de dinheiro por parte dos incautos e dos inadvertidos? (Valada 2009b)

Quem? *Quis?*

Parecer, avaliação, reavaliação, estudo, impacto, fundamentação técnica

1.ª Parte: Aeroportos, pontes, estratégias, códigos, actos, sistemas

Não me encontro entre aqueles que prefeririam ter vivido noutra época. Agrada-me viver no dealbar do século XXI, num tempo em que uma sociedade moderna se desenvolve com o auxílio da Ciência. A Ciência presta serviços ao Estado, o Estado vela pelo interesse de todos nós e alguns de nós contribuem para a Ciência. Triângulo virtuoso, este. Pode pensar-se que as convicções devem ter precedência sobre tudo. Muda-se este pensamento quando elas prejudicam o próximo. Exemplo lapidar é o da Liberdade. Já todos ouvimos que este conceito é relativo, uma vez que “a minha liberdade termina onde começa a dos outros”. A Liberdade, para mim, é um valor absoluto, excepto quando se intromete na Liberdade alheia. Perante o paradoxo, a Liberdade deixa de o ser.

Nem todas as decisões políticas precisam da Ciência, enquanto instrumento aferidor da qualidade da política. Não preciso de pareceres científicos para eleger deputados à Assembleia da República, o Presidente da República não necessita de estudos de avaliação de impacto para indigitar o Primeiro-ministro, o Primeiro-ministro não precisa de solicitar avaliações técnicas para nomear ou demitir membros do Governo e por aí fora.

No entanto, se o Governo pretender que o meu país adira a uma organização internacional e houver dúvidas quanto ao carácter democrático da organização, à viabilidade económica de tal empresa, etc., solicitam-se pareceres jurídicos.

Passemos agora a casos concretos:

Das oito áreas distinguidas pelo Programa do XVIII Governo Constitucional, entregue ao Presidente da Assembleia da República pelo Ministro dos Assuntos Parlamentares, no passado dia 2 de Novembro, concentremo-nos por momentos na segunda área (*Conhecimento e Cultura*) e nos seus primeiro e quarto capítulos: “Mais e melhor educação para todos” e “Investir na Cultura”.

No primeiro destes capítulos, estipula-se que, na educação básica e secundária, o terceiro de cinco objectivos do Governo consiste em

[C]ontinuar a desenvolver programas de melhoria da qualidade das aprendizagens dos alunos (Governo de Portugal 2009: 47);

Neste ponto, sob o título *Promover a qualidade das aprendizagens e valorizar a escola pública como instrumento para a igualdade de oportunidades*, o Governo afirma, na alínea h), que pretende

Adequar programas, manuais e outros materiais pedagógicos ao novo Acordo Ortográfico (*Ibid.*: 50).

No quarto e último destes capítulos, na área consagrada à Língua, afirma-se que

o Governo:

- Criará os instrumentos e promoverá as medidas que asseguram a unidade da Língua Portuguesa e a sua universalização, através do Acordo Ortográfico e da sua generalizada adopção (*Ibid.*: 58).

Do mesmo Programa, cito outras passagens, em áreas distintas da acima referida (negritos originais):

A crise financeira internacional provou em todo o Mundo a necessidade de reforçar a regulação pública, pelo que **a regulação do sistema financeiro será alvo de reavaliação e reforço**

(*Ibid.*: 39);

O crescimento sustentado da economia requer um quadro de estabilidade macroeconómica que ofereça a todos os agentes económicos, públicos e privados, um ambiente de previsibilidade propício à tomada de decisões e à avaliação adequada dos riscos que estas possam envolver. (*Ibid.*: 41);

Concluída a avaliação do impacto da revisão do Código do Processo Penal em 2007, serão apresentadas e discutidas as correcções que se apurem necessárias (*Ibid.*: 104);

A grande aposta na área da prevenção da criminalidade deverá continuar a ser centrada [...] na criação de um instrumento fundamental para a segurança interna: a Estratégia de Prevenção e Redução da Criminalidade. Esta Estratégia, resultante do estudo e da análise das tendências nacionais e internacionais em matéria de evolução e de prevenção da criminalidade, será materializada num programa de acção claro, com metas e objectivos concretos (*Ibid.*: 111);

[O] Governo promoverá

- A generalização da avaliação de impacto dos actos normativos, prévia e sucessiva, por parte da Assembleia da República e do Governo (*Ibid.*: 114).

Durante anos, questionou-se a necessidade de um novo aeroporto para Lisboa. Convencionou-se atribuir a esse empreendimento o acrónimo NAL (Novo Aeroporto de Lisboa). O Governo anterior, entre as duas propostas de localização mais discutidas para

o NAL, preferia a hipótese da Ota. Diversas entidades contestaram essa opção do Governo e o Governo decidiu acabar com a polémica. De que forma? Cedendo por razões eleitoristas à contestação generalizada? Impondo, por motivos eleitorais, a sua vontade aos argumentos técnicos

de engenheiros e pilotos e às reclamações de autarcas, empresários e demais entidades? Não. Solicitando um parecer técnico a uma entidade fiável, imparcial e competente: o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC). O resultado do estudo do LNEC foi contrário à escolha do Governo, sublinhando-se que

para efeitos de decisão, uma ponderação diferente terá em consideração critérios de natureza política, os quais extravasam o âmbito do presente Estudo (LNEC 2008: XXII).

Que fez o Governo? Ignorou o estudo do LNEC? Não. Acatou a avaliação e alterou a sua estratégia. Aliás, a citação anterior, do estudo do LNEC, encontra-se igualmente em diplomas legislativos (cf. Conselho de Ministros 2008a: 628 e *id.* 2008b: 2935).

O Governo conseguiu matar dois coelhos com uma cajadada: velou pelo interesse público, em detrimento da sua vontade inicial, e conseguiu que todos aplaudissem a decisão, inclusive a oposição. O secretário-geral do Partido Comunista Português, Jerónimo de Sousa, afirmou:

Não é um mal assumir e corrigir um erro. Creio que esta decisão sustentada em pareceres técnicos é a correcção de um erro, nesse sentido a autocrítica já está verificada

(v. TSF 2008).

Tomada a decisão sobre o NAL, impunha-se o estudo sobre uma nova travessia que ligasse Lisboa à margem esquerda do Tejo. Convencionou-se chamar-lhe TTT (terceira travessia do Tejo). Competiram dois projectos: um do Professor José Manuel Viegas do Instituto Superior Técnico e outro da Rede Ferroviária de Alta Velocidade, SA (RAVE). O LNEC optou pelo da RAVE e o Professor José Manuel Viegas contestou. Que fez o Governo? Impugnou a decisão do LNEC? Não. Acatou-a.

Respondeu o então Ministro das Obras Públicas, Mário Lino:

As decisões políticas sobre estas matérias devem ter uma boa fundamentação técnica. O que pesou fundamentalmente foi a fundamentação técnica. (RTP 2008)

Resumindo e concluindo: a) a regulação do sistema financeiro será alvo de **reavaliação**; b) a tomada de decisões relativamente ao crescimento sustentado da

economia requer **avaliação**; c) conclui-se a **avaliação do impacto** da revisão do Código de Processo Penal; d) cria-se um instrumento, a Estratégia de Prevenção e Redução da Criminalidade, que resulta dum **estudo**; e) promove-se a generalização da **avaliação de impacto prévia e sucessiva**

dos actos normativos; f) a localização do NAL resulta dum **estudo**; g) e, relativamente à decisão sobre a TTT, pesou a **fundamentação técnica**.

2.ª Parte: o Acordo Ortográfico

Passemos então à decisão política que aqui nos traz:

O Acordo Ortográfico de 1986 (doravante, AO 86) foi objecto de debate nos meios cultural e científico. Esgrimiram-se argumentos técnicos para o contestar, mas o argumento que pesou na opinião pública não foi especialmente técnico. Quando se difundiu o exemplo “eu tenho cágado na

banheira” (Miguel Esteves Cardoso, *apud*. Castro, Duarte e Leiria 1987: 234), relativamente à não acentuação de palavras proparoxítonas, a opinião pública terá acordado para a questão ortográfica. Porventura, a solução para convencer a opinião pública encontra-se em exemplos afins, mas, pessoalmente, prefiro ater-me à argumentação técnica. No entanto, note-se que este exemplo terá precipitado o fim do AO 86.

Mas vamos às críticas concretas, comuns ao AO 86 e ao seu sucessor, o AO 90. Faço notar que todos os argumentos de outrem aqui trazidos para sustentar o meu ponto de vista têm um aspecto em comum: são comprováveis.

Óscar Lopes critica a opção de supressão diacrítica na forma flexionada do verbo *parar*, na terceira pessoa do singular do presente do indicativo e na segunda pessoa do singular do imperativo: *pára/para*, criando homografia com a preposição *para*. Lopes propõe o “uso opcional” do acento” (v. Castro, Duarte e Leiria 1987: 132). Numa situação semelhante, a do demonstrativo *esta*, a ortografia espanhola obriga à acentuação quando exista perigo de ambiguidade entre pronome e determinante (“*Ésta* mañana vendrá” vs. “*Esta* mañana vendrá”) (Cf. RAE 1999: 49).

Contudo, nem a crítica de Lopes, nem a solução espanhola vingaram em termos políticos, verificando-se a manutenção desta opção do AO 86 na Base IX, 9.º, do AO 90 (Cf. AR 1991: 4376), apesar de ser condenável, como à frente demonstrarei.

O Departamento de Linguística da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa condena o critério de “facultatividade” do AO 86, que pode conduzir a grafias diferentes na mesma norma (v. Castro, Duarte e Leiria 1987: 135).

O instrumento político, o AO 90, mantém esse critério, quer na Base IV, 1.º, c) e 2.º, quer na Base IX, 4.º e 6.º, b) (Cf. AR 1991: 4372-3 e 4375-6).

A ausência de diacrítico mencionada *supra* e o critério de “facultatividade” são condenados pelo parecer da Comissão Nacional da Língua Portuguesa (CNALP 1989: 93). Como vimos, ambos se mantêm no AO 90.

Ivo Castro e Inês Duarte contestam o uso do “critério fonético”, que conduz à existência de grafias diferentes em palavras entradas pela mesma via, como *Egito/egípcio* (cf. Castro, Duarte e Leiria 1987: 36). O AO 90 ignora esta argumentação, mantendo este desrespeito pela coerência gráfica na sua Base IV, 1.º, b) (cf. AR 1991: 4372), apelidando esta incongruência e outras de “aparentes” (Cf. *ibid.*: 4385).

Dediquei já algumas linhas a este propósito, tratando de incongruências, não aparentes, mas efectivas, sendo a excepção do Acordo Ortográfico de 1945 (doravante, AO 45) comparada pela Nota Explicativa do AO 90 (doravante, NE) com a regra do AO 90 (cf. Valada 2009a: 73) e referindo-me ao caso de *Egito* e *egípcio*, afirmando que se evidencia

um caso de claro desrespeito pela unidade das famílias de palavras, com a coexistência das formas *egípcio* e *Egito* [...] exemplo claro desta tese é a própria definição, que já se pode verificar em dicionário: “egípcio – natural do Egito” (*Ibid.*: 60).

Não vou perorar pela senda dos **diversos** pareceres negativos, feitos por especialistas e, principalmente, **comprováveis**, passando imediatamente a um exemplo do **único** parecer técnico favorável ao AO 90 (a NE), que tem esta característica insólita de os seus autores serem os mesmos do instrumento submetido a parecer.

A NE apresenta *oblação* como exemplo de palavra com vogal pretónica aberta (“pré-tónica”, segundo a NE, não sendo respeitada a norma ortográfica estabelecida, cf. AR 1991: 4383). Contudo, o Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea (DLPC) consagra *oblação* com pretónica fechada (cf. Casteleiro 2001: 2632).

Ambos os textos têm co-autoria e/ou coordenação de Malaca Casteleiro. O mesmo co-autor/coordenador apresenta pretónicas diferentes para a mesma palavra. Segundo o critério da NE, *oblação* junta-se ao diminuto grupo de palavras terminadas em –ação com pretónica aberta (ver mais adiante), enquanto o DLPC a considera como constituindo parte da regra.

Passemos da incongruência do **único** parecer favorável ao AO 90 a uma declaração de outro autor do AO 90. Diz-nos Evanildo Bechara:

Só num ponto concordamos, em parte, com os termos do Manifesto-Petição quando declara que o Acordo não tem condições para servir de base a uma proposta normativa, contendo imprecisões, erros e ambigüidades (Bechara 2008).

Um texto que contenha imprecisões, erros e ambiguidades deverá ser objecto de estudo aprofundado e de discussão teórica, não devendo constituir a base ortográfica do português. Quando o próprio os assume, saúda-se a honestidade, mas questiona-se o efeito prático de se manter um texto que “não tem condições”.

Factos comprováveis

Acção

Quanto a uma segunda afirmação de Bechara, esta assume contornos gravíssimos, pois a um cientista não se pede que limite as suas considerações a aspectos histórico-filosóficos, mas que apresente factos, corroborados com estudos:

Em todas as reformas há os que concordam, os indiferentes e os inimigos. Eu prefiro a audácia dos portugueses do século 16 aos de hoje que estão atrás de uma consoante que não se pronuncia e não tem valor linguístico. Folha de S. Paulo (2009)

Não contesto a primeira consideração de Bechara. Assiste-lhe a predilecção pela audácia dos portugueses do século XVI. O que não assiste a um linguista é afirmar, sem comprovar, que uma consoante não pronunciada “não tem valor linguístico”. Há uns anos, Antônio Houaiss afirmava que “[esse *c*] em Portugal, ele tem valor diacrítico” (TV Cultura 1990), referindo-se a *actividade*. Não concordando com o valor diacrítico do *c* de *actividade*, observo o facto de ao menos Houaiss atribuir um valor de acento ao *c*, ao contrário de Bechara.

Não basta afirmar que determinada consoante tem ou não tem **valor**. É preciso comprová-lo. E o exemplo de *acção* é modelar. E comprovável.

Tabela 1

Análise dos lemas terminados em –acção, afectados pela Base IV, 1.º, b)

Neste estudo preliminar, utilizei a base da MorDebe¹ para a recolha de lemas e

AO 45				AO 90			
-AÇÃO		-ACCÃO		-AÇÃO		-ACCÃO	
3052		45		3097 (3052+45)		(45-45)	
[ɐ]	[a]	[a]	[ɐ]	[ɐ]	[a]	[a]	[ɐ]
3043	9	45	0	3043	54	0	0
Regra (%)	Excepção (%)	Regra (%)	Excepção (%)	Regra (%)	Excepção (%)	Regra (%)	Excepção (%)
99,71	0,29	100	0	98,26	1,74	0	0

Existe uma única palavra terminada em -acção, com *c* pronunciado: *impacção*, que assim se mantém no AO 90, segundo a Base IV, 1.º, a).

o DLPC para a transcrição fonética. Cheguei às seguintes conclusões: A -Pela norma actual (AO

45): 1 – Das 3052 palavras terminadas em -ação, apenas 9 têm pretónica aberta

(0,29%);

2 – Das 45 palavras terminadas em -acção em que o *c* não tem valor de oclusiva velar,

TODAS têm pretónica aberta.

Regra: o *c* tem valor diacrítico, como se comprova por 2. A ausência de *c*

conduz a uma realização pretónica fechada excepto em exemplos cujo número é reduzido.

B -Pela norma do AO 90 1 – Das 3097 palavras terminadas em -ação, 3043 têm pretónica fechada e 54

(1,74%) têm pretónica aberta 2 – Não há palavras terminadas em -acção Regra:

comparativamente à Regra do AO 45, o número de excepções **sextuplica**. Conclusão:

O AO 90, relativamente às duas regras do AO 45, elimina a Regra 1 e praticamente sextuplica o número de excepções da Regra 2, transformando-a na única regra. Ou seja, em vez de criar regras sem, ou com poucas, excepções, o AO 90 elimina uma regra sem excepções e sextuplica o número

¹ V. *Portal da Língua Portuguesa*, MorDebe, ILTEC
(<http://www.portaldalinguaportuguesa.org/index.php?action=padrao>).

de exceções da regra que já as tinha. Acrescente-se um terceiro factor: a criação de homografias, como *coação* e *coaço*, respectivamente, do verbo *coagir* e do verbo *coar*.

Não é objectivo de qualquer instrumento ortográfico eliminar regras, criar exceções e apadrinhar ambiguidades. Mas é isso que acontece no AO 90.

Bissectriz/Trissectriz

Na senda errada de uma consoante sem valor linguístico, permitam que vos dê exemplos do DLPC em que essa simplicidade aparente nos conduz por caminhos nebulosos.

Ninguém tem dúvidas quanto à pronúncia de *bissectriz*, em que uma vogal *e* aberta precede uma consoante *c*, não articulada, formando ambas um grafema <EC>.

Qual o critério (porque de um critério se tratará e não de um princípio) que determina a ausência da prolação de [k] e da grafia *c* em *bissectriz* e a prolação de [k] e a presença de *c*, segundo o DLPC e, conseqüentemente, pela norma do AO 90?

Poderíamos estar aqui perante uma gralha, à semelhança do [r] que também não consta da

transcrição fonética. Mas não. Se consultarmos o Vocabulário do ILTEC, organizado por Maarten Janssen, verificamos que o *c* de *bissectriz* se encontra ausente e

o *c* de *trissectriz* se encontra presente (cf. Janssen *et al.*: 36 e 146).

Este é um de muitos exemplos que demonstram o erro tremendo de se basear uma ortografia num “critério fonético”. Não se promove a coerência gráfica, não se criam regras, voga-se na arbitrariedade. Escrever-se-á na norma do PE, segundo o AO 90, *trissectriz*, mas *bissetriz*. Qual o motivo? Por que razão?

Qual o motivo de o *c* de uma ser mudo e o outro pronunciado? Por que razão se cria um descontínuo grafémico, perfeitamente inusitado? Espero, a breve trecho, obter resposta a estas perguntas.

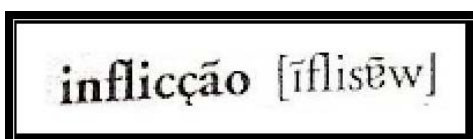
Inflicção, convicção, aflicção

Imagem 1

Lema “inflicção”, segundo grafia e transcrição fonética do DLPC.

Esta imagem, aparentemente simples, constitui um quebra-cabeças, mesmo antes de qualquer aplicação do AO 90.

Criada pelo DLPC (v. Casteleiro 2001: 2101), esta imagem deixaria, no mínimo, na dúvida qualquer responsável por uma reforma ortográfica assente num “critério fonético”. Pelo menos, deixou os



responsáveis pelo VOLP da PE, grafam *inflicção* sem o *c*, ou seja, *infliação* (v. Casteleiro 2009: 340).

responsáveis pelo VOLP da ABL, que colocaram esta palavra no grupo das famosas “facultatividades”, grafando-as *infliação* e *inflicção* (ABL 2009: 457). Quanto aos

O AO 45 estipula na sua Base VI, 1.º, a elisão de consoantes que não são pronunciadas ou que não têm qualquer valor particular, ou seja, sem valor diacrítico, sem função de harmonização gráfica com formas afins². Deste modo, após o AO 45, *convicção* manteve o *c* e *aflicção* perdeu-o. Tendo sido mantido o *c* de *inflicção*, nada justifica a sua não pronúncia. Não existe função diacrítica, não há formas afins com as quais se deva harmonizar. Perdoem-me a expressão, mas este é um claro caso em que a bota não dá com a perdigota.

Porventura, terá havido uma confusão, devido a substantivos com mesma terminação antes do AO 45 (-icção, em *inflicção* e *aflicção*) corresponderem verbos com terminação idêntica (-igir, *infligir* e *afligir*), no entanto, esse argumento não colhe, pelos motivos que atrás indiquei.

Recepção, Recessão, Ressecção

Estas três palavras correspondem à grafia do AO 90. À grafia actualmente em aplicação no PE correspondem *recepção*, *recessão* e *ressecção*. Isto significa que só a primeira e a terceira palavras sofrem alterações, devido à Base IV do AO 90.

Dito isto, a crítica impõe-se. Sabendo-se que a Base IV do AO 90 obriga à supressão do *p* de *recepção* na norma euro-afro-asiática, não se entende a supressão do *c* de *ressecção*. Sabendo-se que *ressecção* pertence ao mesmo grupo semântico de *secção*, está por explicar o critério da supressão verificada no DLPC e não se compreende a vogal pretónica fechada na transcrição fonética de *ressecção*, que a transforma numa homófona de *recessão* (cf. Casteleiro 2001: 3225). De novo, a arbitrariedade, a discricionariedade e a confusão substituem o rigor que se imporia.

Pára e para

Já me referi noutra local a este problema criado pela supressão do acento agudo na flexão verbal do verbo *parar*, correspondente à terceira pessoa do singular do presente do indicativo e à segunda pessoa do singular do imperativo, e à confusão que pode haver com a preposição *para* (cf. Valada 2009a: 49-50).

Apresentei então dois exemplos, um dos quais (“Mourinho para Portugal”) se prestaria a duas leituras:

- a) Mourinho poderia vir **para** Portugal trabalhar na selecção, num clube ou dedicar-se a outra actividade, ao considerar-se se **para** como preposição;
- b) Mourinho poderia, ao chegar a um aeroporto português, desencadear uma escalada de emoções, paralisando o país mediático, levando mesmo a que se interrompesse uma importante entrevista num canal de televisão, ou seja, pararia (**pára**) o país.

Hoje, de inúmeros exemplos que poderia trazer, inclusive do jornal *Record*, que apesar de aplicar o AO 90, o desrespeita neste ponto (e noutros, como referiu António Emiliano na sua apresentação do meu livro na Fundação Mário Soares, há pouco mais de dois meses), trouxe este, do jornal *Público*, de 13 de Abril deste ano:

² No que respeita à Base VI, 1.º, do AO 45, cf. Gonçalves 1947: 25 (suplemento). Quanto às consoantes que se conservam, “após as vogais a, e e o” na “possibilidade de, num dos dois países, exercerem influência no timbre das referidas vogais” (Base VI, 3.º) e quanto às “formas que devem harmonizar-se graficamente com formas afins” (Base VI, 4.º), cf. *ibid.*: 26 (suplemento).

“Bloqueio nos fundos da UE pára projecto de milhões na área do regadio” (Talixa 2009).

Observo que se operam duas mudanças ortográficas, quando transformado, após o Acordo, em

“Bloqueio nos fundos da UE para projeto de milhões na área do regadio”:

a supressão da letra *c* do grafema <EC> de *projecto* e a elisão do acento agudo de *pára*.

Ponho a hipótese de esta última supressão poder induzir em erro um leitor médio, normalmente informado e razoavelmente atento e advertido³, se legitimamente interpretar o *para* como preposição, levando-o a concluir pela existência de um bloqueio em fundos específicos para determinado projecto, em vez de considerar *para* como verbo, ou seja, que existe um bloqueio dos fundos comunitários destinados, não só a um projecto na área do regadio, mas a todos os projectos abrangidos pelos fundos.

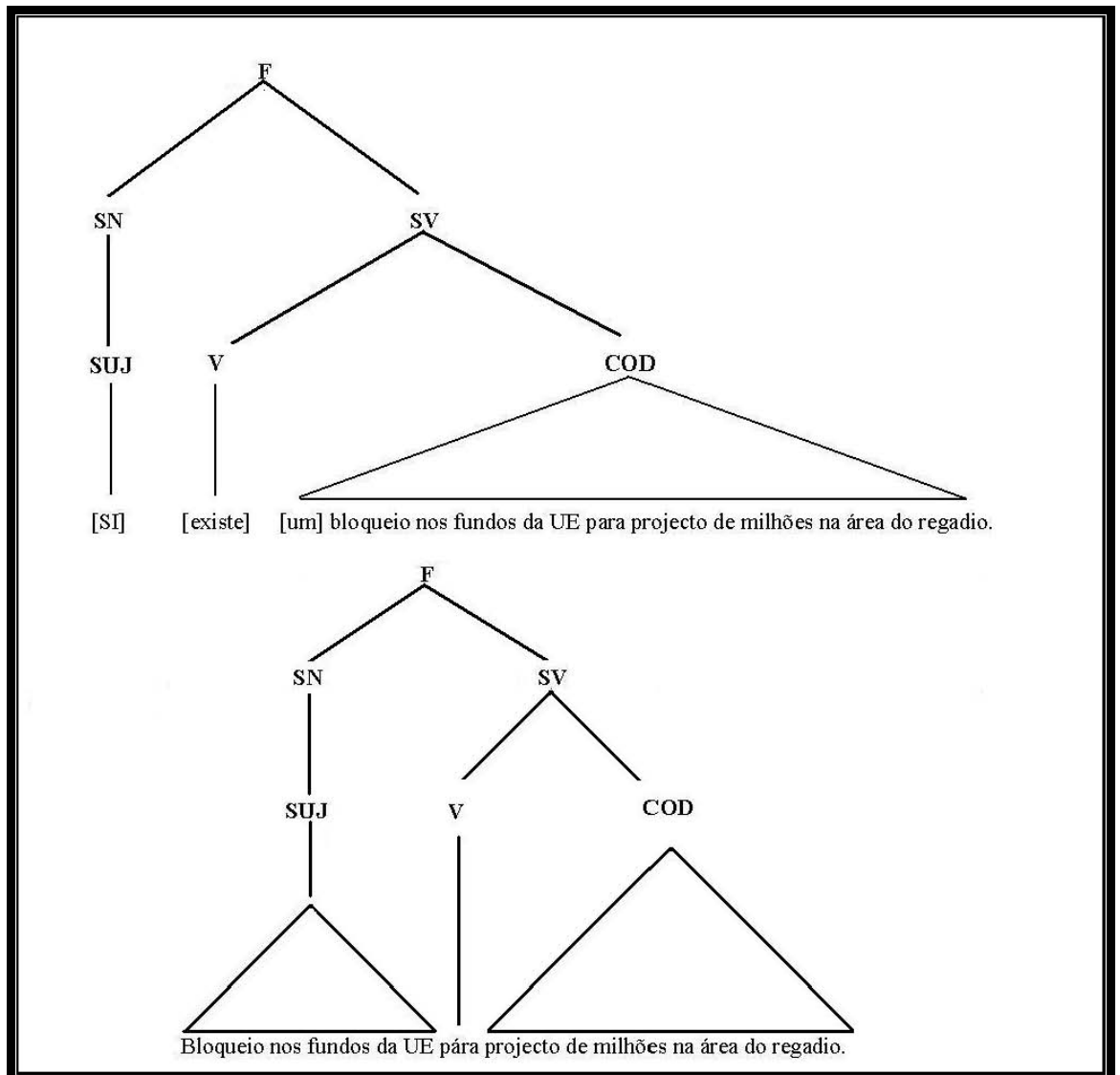
Recorde-se que o propósito de um título de jornal não é criar ambiguidade. Salvo raras exceções, comuns na imprensa sensacionalista, o objectivo do título de um jornal de referência é servir de introdução ao tema, que posteriormente se desenvolve no corpo do texto. O título de um jornal deve ser esclarecedor.

O impacto gramatical não é igualmente despiciendo (ver imagem 2).

Imagem 2

Árvore comparativa: para (preposição) e pára (flexão de “parar”).

³ Recorro a uma formulação comum em Direito Comunitário, relativamente à protecção dos consumidores: “consumidor médio, normalmente informado e razoavelmente atento e advertido, tendo em conta factores de ordem social, cultural e linguística”.



Note-se que, considerando para como preposição, o COD (Complemento de Objecto Directo) corresponde ao título em apreço, enquanto ao considerar-se para como correspondendo ao verbo parar, o COD se limita ao segmento posterior à flexão verbal.

Acontece igualmente uma alteração na estrutura semântico-gramatical, pois imediatamente os participantes mudam de dois, na primeira situação:

Actor (“Bloqueio nos fundos da UE”)
Alvo (“proje[c]to de milhões na área do regadio”);

para um, na segunda:

– Existente (“Bloqueio nos fundos da UE para projeto de milhões na área do regadio”)⁴.

⁴ A este propósito, cf. Basílio 1999: 33-55.

O sistema alfabético

Remetendo explicações sobre os três sistemas ortográficos para outros locais⁵, concentremo-nos no sistema alfabético. De forma incorrecta e muitas vezes enganadora, limita-se amiúde este sistema à relação grafema-fonema. Sendo essa a base do princípio, seria errado cingirmo-nos a essa relação. Aliás, a mais conhecida tentativa de tradução alfabética de um sistema ideográfico resultou no pinyin.

A este propósito, diz-nos Viviane Alleton:

Personne ne rédige en pinyin. [...] Ni les usagers ni les autorités en place ne semblent envisager de faire du pinyin autre chose qu'une simple transcription des sons, bien loin de l'écriture d'une langue (Alleton 2008: 11-2).

Se alguém tiver dúvidas, sobre esta ou outras matérias relacionadas com esta área específica, poderá dissipá-las com algumas pessoas presentes na sala, mais competentes do que eu para explicarem o que é o princípio ideográfico, que sabem limitar-se o *pinyin* a uma mera transcrição fonética, não sendo usado por ninguém para se exprimir por escrito em chinês (refiro-me a alunos do curso de Tradução e Interpretação: Português/Chinês -Chinês/Português, da ESECS de Leiria). Como vejo sinais de assentimento, presumo que não haja dúvidas quanto a este ponto.

Relativamente ao sistema alfabético, dizem-nos Riegel, Pellat e Rioul:

les graphèmes opèrent [...] un renvoi global à des aspects grammaticaux ou sémantiques des mots, sans nécessairement correspondre à des phonèmes (ce qui soulignent les théories modernes de la lecture (Riegel, Pellat e Rioul 2007: 64)

Um sistema alfabético é um sistema complexo. Tal como afirma Maria Emilia Ferreiro:

Aussi longtemps qu'on continue à croire que l'alphabétisation consiste seulement à donner accès au code des correspondances grapho-phonétiques, on passe à coté de la langue écrite, dans toute sa complexité (Ferreiro 1993: 98).

Para se ter em conta o erro teórico, com nefastas consequências práticas, das opções do AO 90, note-se a diferença entre a base teórica do AO 90, da NE

Pode dizer-se ainda que, no que respeita às alterações de conteúdo, de entre os princípios em que assenta a ortografia portuguesa se privilegiou o critério fonético (ou da pronúncia) com um certo detrimento para o critério etimológico (AR 1991: 4383)

e o que afirmam Maria Helena Mira Mateus

A ortografia portuguesa é fonológica e etimológica, e não fonética (Mateus 2005)

e António Emiliano

⁵ Entre a extensa bibliografia sobre o tema, distingo aqui alguns títulos, presentes nas Referências desta comunicação: Riegel, Pellat e Rioul 2007: 63-81; Silva 2003: 170-4 e Rey e Sabater 2008: 13-30.

Convém acentuar, de qualquer forma, que a ortografia não é transcrição fonética e que ler não é soletrar (Emiliano 2008: 71).

Tentando justificar o injustificável, recorrem muitas vezes os defensores do AO 90 aos clássicos. Todos sabemos que, por norma, as citações são perversas, quando descontextualizadas e quando não fundamentadas. Mas não se pode falar nem de mera perversão contextual passiva nem de ausência de fundamentação, quando uma frase é pura e simplesmente truncada.

Quintiliano é frequentemente referido como sendo um adepto da relação fonema-grafema e diz-se, de modo pouco rigoroso, que terá escrito: “ego sic scribendum quidque iudico, quomodo sonat”. Teria então Quintiliano afirmado que as palavras devem ser escritas como se crê que são pronunciadas. Contudo, isto não corresponde à verdade. Entre “ego” e “sic” omite-se uma oração, que mina qualquer tentativa de se lhe imputar uma visão semelhante à dos autores da NE, prescrita no famoso “certo detrimento para o critério etimológico”. Ora, Quintiliano escreve igualmente “nisi quod consuetudo optinuerit” (“nos limites prescritos pelo costume”). A frase de Quintiliano e as ideias de Quintiliano falam por si. Aqui vos deixo aquilo que de facto Quintiliano escreveu:

Ego, nisi quod consuetudo optinuerit, sic scribendum quidque iudico quomodo sonat
Quintiliano [96 d.C.] 2003: 123.

Dumarsais, o responsável pela secção de Gramática da Enciclopédia de Diderot e de D’Alembert, escreveu o seguinte:

Il est évident que notre alphabet est défectueux, en ce qu’il n’a pas autant de caracteres, que nous avons de sons dans notre prononciation. Ainsi ce que nos peres firent autrefois [...] nous pouvons inventer un alphabet qui rectifie tout ce que l’ancien a de défectueux (Diderot e D’Alembert [1751] 2008: 1:296).

Ao ler as considerações ortográficas de Dumarsais, principalmente quando este prevê a possibilidade de se inventar um novo alfabeto, tal como haviam feito os nossos antepassados (os gregos relativamente ao alfabeto fenício, os latinos relativamente ao alfabeto grego), recordei-me de Richard Feynman, quando este criticou quem se referia às suas explicações sobre a forma como a natureza funciona, reputando-as de impossíveis de entender, inacreditáveis e inaceitáveis. Disse Feynman:

You don’t like it? Go somewhere else, to another universe, where the rules are simpler, philosophically more pleasing, more psychologically easy. I can’t help it, ok? If I’m going to tell you honestly what the world looks like, to human beings that are struggling as hard as they can to understand it, I can only tell you what it looks like. I cannot make it any simpler, I’m not going to do this, I’m not going to simplify it, I’m not going to fake it. I’m not going to say it’s like a ball bearing on a spring, it isn’t. So I’m going to tell you what it is really like, and if you don’t like it, that’s too bad. Ok? (Feynman 1979)

Tal como Feynman, diria que, se o sistema alfabético de escrita não é do agrado dos decisores, invente-se outro sistema, pois as regras deste estão definidas, funcionam, não se adequando nem a “critérios de pronúncia”, nem a supressões diacríticas promotoras da polissemia, nem a facultatividades aleatórias fomentadoras da dúvida. Passa-se de um presente que funciona para um futuro que compromete o funcionamento, não só da ortografia, mas também (bem pior) da própria língua servida por essa ortografia.

Repito que nem é objectivo de uma reforma ortográfica criar excepções e eliminar regras sem excepções, nem promover a arbitrariedade e a discricionariedade, nem dar rédea solta a juízos aleatórios. Contudo, é isso que acontece com o AO 90.

Conclusão

Senhor Embaixador Lauro Moreira, permito-me uma referência, quer ao conceito das “ortografias oficiais e excludentes”, mencionado por Vossa Excelência noutra *forum* (cf. Coelho 2009), quer à “coesão relativa”, trazida a terreiro por Carlos Reis.

Afirma o Senhor Embaixador que uma criança portuguesa a estudar no Brasil reprovará se utilizar a norma ortográfica do português europeu e que uma criança brasileira a estudar em Portugal reprovará se utilizar a norma ortográfica do português do Brasil. O mesmo acontecerá, presume-se, se o Senhor Embaixador fizer um pós-doutoramento numa universidade portuguesa e eu fizer um doutoramento numa universidade brasileira.

Por seu turno, Carlos Reis defende o AO 90, apresentando o argumento da “coesão relativa” e afirmando:

[Q]ueremos ou não queremos que a Língua Portuguesa exiba a coesão relativa que ajude a viabilizar a sua existência plurinacional, multicultural e pluricontinental, com estatura e com estatuto na cena internacional e com as vantagens políticas, económicas e culturais daí decorrentes? (Reis 2008)

Eu contraponho que a coesão relativa já existe, não cabendo ao AO 90 alterar seja o que for. Vejamos a seguinte frase:

“Após o doutorado, comecei me sentindo politicamente incorreto em meu país”, que actualmente em português europeu corresponderá a

“Após o doutoramento, comecei a sentir-me politicamente incorrecto no meu país”.

Note-se que a única diferença, após o AO 90, incidirá exclusivamente na ortografia (*incorreto* em vez de *incorrecto*, na norma do português europeu), pois as diferenças lexicais e morfossintácticas manter-se-ão.

Faço notar, Vossa Excelência, que a morfossintaxe e o léxico também se incluem neste âmbito, pois quer determinadas opções lexicais exclusivas do português do Brasil, quer o uso gerundivo, quer a próclise e quer a ausência de artigo definido anterior a pronome possessivo não são aceites na norma do português europeu. Não será

o AO 90 que porá termo à situação para a qual Vossa Excelência chama a atenção.

Termino esta comunicação como praticamente a iniciei: com um exemplo da forma como matérias com impacto no quotidiano devem ser tratadas.

Freitas do Amaral, uma das maiores autoridades portuguesas em Direito Administrativo, jamais escondeu ser um defensor da regionalização administrativa do país. Contudo, defender não significa pretender obter a qualquer custo, sendo o trecho que se segue o exemplo do modo como um tema deve ser tratado numa sociedade moderna, em que a Ciência presta serviços ao Estado, o

Estado vela pelo interesse de todos nós e alguns de nós contribuem para a Ciência. O tal triângulo virtuoso que mencionei no início.

Escreveu Freitas do Amaral:

Pior do que não ter a regionalização será fazer uma má regionalização, isto é, uma regionalização mal estudada, mal concebida ou mal executada. Bom seria, por conseguinte, que o assunto fosse objecto de um exame sério e profundo; que não se tomassem decisões precipitadas sem base em estudos sólidos de carácter técnico, económico, administrativo, financeiro e jurídico; e que se reduzissem ao mínimo, neste processo, as inevitáveis influências dos factores puramente político-partidários. Quando não, a regionalização do Continente português será fatalmente um projecto condenado à partida (Amaral 2009: 674).

Eu gostaria de ter escrito este trecho, mas relativamente a outra opção política, ao AO 90. Gostaria e fi-lo, para esta comunicação, transpondo para o AO 90 as sábias palavras de Freitas do Amaral, relativamente à regionalização administrativa. E a essa luz se deverá ler o próximo parágrafo.

Pior do que não ter o acordo ortográfico será fazer um mau acordo ortográfico, isto é, um acordo ortográfico mal estudado, mal concebido ou mal executado. Bom seria, por conseguinte, que o assunto fosse objecto de um exame sério e profundo; que não se tomassem decisões precipitadas sem base em estudos sólidos de carácter técnico, económico, administrativo, financeiro e jurídico; e que se reduzissem ao mínimo, neste processo, as inevitáveis influências dos factores puramente político-partidários. Quando não, o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 90 será fatalmente um projecto condenado à partida.

Muito obrigado pela Vossa atenção.

REFERÊNCIAS

1. ABL (Academia Brasileira de Letras) 2009 *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, 5.ª ed., São Paulo, Global.
2. AGÊNCIA LUSA 2009 “Linguista pede implantação da nova ortografia em Portugal”, 21 de Outubro (<http://www.agencialusa.com.br/index.php?iden=27690>).
3. ALLETON, Viviane 2008 *L'écriture chinoise*, Paris, Albin Michel.
4. AMARAL, Diogo Freitas do 2009 *Curso de Direito Administrativo*, 3.ª ed., Coimbra, Almedina, Vol. I. AR (Assembleia da República) 1991 *Resolução da Assembleia da República 26/91*, in *Diário da República*, 1.ª série-A — N.º 193–23 de Agosto. 2000 *Resolução da Assembleia da República n.º 8/2000*, que aprova o Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, in *Diário da República – I Série-A*, N.º 23–28 de Janeiro.
5. BASÍLIO, Cecília e BASÍLIO, Rita 1999 *A Palavra – Realidade Interdimensional: uma leitura de M. A.K. Halliday*, Leiria, Editorial Diferença.
6. BECHARA, Evanildo 2008 “A favor do Acordo Ortográfico”, texto escrito pelo académico e gramático brasileiro Evanildo Bechara, dirigido aos opositores do Acordo Ortográfico de 1990, em Lagoa, S. Miguel, Açores, no dia 11 de Maio, in

Ciberdúvidas da Língua Portuguesa

(<http://www.ciberduvidas.com/controversias.php?rid=1728>).

7. CASTELEIRO, João Malaca (org.) 2001 *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa e Editorial Verbo, 2 Volumes.
8. CASTELEIRO, João Malaca (orientação científica) 2009 *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, Porto, Porto Editora.
9. CASTELEIRO, João Malaca e CORREIA, Pedro Dinis 2007 *atual – O novo acordo ortográfico*, Cacém, Texto Editores.
10. CASTRO, Ivo, DUARTE, Inês e LEIRIA, Isabel (orgs.) 1987 *A Demanda da Ortografia Portuguesa: Comentário do Acordo Ortográfico de 1986 e subsídios para a compreensão da Questão que se lhe seguiu*, 2.ª ed., Lisboa, Edições João Sá da Costa.
11. CNALP (Comissão Nacional da Língua Portuguesa) 1989 *Parecer sobre o Anteprojecto de Bases da Ortografia Unificada da Língua Portuguesa (1988) elaborado pela Academia das Ciências de Lisboa*, in CNALP, Boletim, 1989 (http://localhostr.com/files/cc3410/05_CNALP.pdf).
12. COELHO, Carlos Pinto 2009 Programa de Rádio “Agora... Acontece” (n.º 525), 8 de Junho (http://www2.fcsh.unl.pt/docentes/aemiliano/documentos_diversos/AGORA_A_CONTE_CE_525.mp3.zip).
13. CONSELHO DE MINISTROS 2008a *Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2008*, in *Diário da República*, 1.ª série — N.º 15 — 22 de Janeiro., 2008b *Resolução do Conselho de Ministros n.º 85/2008*, in *Diário da República*, 1.ª série — N.º 100 — 26 de Maio.
14. DIDEROT, Denis e D’ALEMBERT, Jean le Rond (eds.) 2008 *Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*, University of Chicago, ARTFL Encyclopédie Projet (Winter 2008 Edition), Robert Morrissey (ed) [1.ª publicação em 1751] (<http://encyclopedia.uchicago.edu/>).
15. EMILIANO, António 2008 *O Fim da Ortografia: comentário razoado dos fundamentos técnicos do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990)*, Lisboa, Guimarães Editores. 2009 “Os três i’s do Acordo Ortográfico”, apresentação do livro *Demanda, Deriva, Desastre — Os três dês do Acordo Ortográfico*, de Francisco Miguel Valada (Alcochete, Textiverso), Fundação Mário Soares, 10 de Setembro (http://www2.fcsh.unl.pt/docentes/aemiliano/documentos_diversos/EMILIANO_FMS20090910.pdf).
16. FERREIRO, Emilia 1993 “Psycholinguistique et conceptualisation de l’écrit”, in *L’illettrisme en questions*, J.M. Besse et al. (dir.), Lyon, PUL.
17. FEYNMAN, Richard 1979 “Photons: Corpuscles of Light”, in *The Douglas Robb Memorial Lectures -Part 1*, Auckland, Nova Zelândia, The Vega Science Trust Videos. (<http://www.vega.org.uk/video/programme/45> [24.44-25.26]).

18. FOLHA DE S.PAULO 2009 “Bechara defende o Vocabulário Ortográfico e chama crítica de "balela"”, 6 de Agosto
(<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=549ASP015>).
19. GONÇALVES, Francisco Rebelo 1947 *Tratado de Ortografia da Língua Portuguesa*, Coimbra, Atlântida.
20. GOVERNO DE PORTUGAL 2009 *Programa do XVIII Governo Constitucional, 2009-2013*
(http://www.portugal.gov.pt/pt/GC18/Documentos/Programa_GC18.pdf).
21. JANSSEN, Maarten (org.), FERREIRA, José Pedro *et al.*, MATEUS, Maria Helena Mira (col.) 2008 *Vocabulário – As palavras que mudam com o Acordo Ortográfico*, Lisboa, Caminho.
22. LNEC (Laboratório Nacional de Engenharia Civil) 2008 *Estudo para análise técnica comparada das alternativas de localização do Novo Aeroporto de Lisboa na Zona da Ota e na zona do Campo de Tiro de Alcochete: 2ª Fase –Avaliação comparada das duas localizações*, Relatório 2/2008 – DT, LNEC, Janeiro
(<http://www.moptc.pt/tempfiles/20080110143959moptc.pdf>).
23. MATEUS, Maria Helena Mira (ass.) 2005 *Parecer do Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC), 2005* (parte da documentação referente às consultas realizadas em 2005 pelo Instituto Camões)
(<http://www2.fcsh.unl.pt/docentes/aemiliano/AOLP90/ILTEC2005.pdf>).
24. QUINTILIANO, Marco Fábio 2003 *Institution Oratoire*, éd. et trad. Jean Cousin, Paris, Les Belles Lettres, Livre I [1.ª publicação em Setembro de 96 d.C.].
25. RAE (Real Academia Española) 1999 *Ortografía de la Lengua Española – Edición revisada por las Academias de la Lengua Española*, Madrid, Espasa-Real Academia Española, 1999.
26. REIS, Carlos 2008 “Acordo Ortográfico: para além de Portugal”, Comunicação lida na Audição Parlamentar sobre o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, promovida pela Comissão de Ética, Sociedade e Cultura da Assembleia da Republica, em Lisboa, no dia 7 de Abril, in *Ciberdúvidas da Língua Portuguesa*
(<http://www.ciberduvidas.com/controversias.php?rid=1674>).
27. REY, Véronique e SABATER, Carine 2008 *écriture, orthographe, dysorthographe*, Aix-en-Provence, PUP.
28. RIEGEL, Martin, PELLAT, Jean-Christophe e RIOUL, René 2007 *Grammaire Méthodique du Français*, Paris, PUF.
29. RTP (Rádio Televisão Portuguesa) 2008 Programa *Prós e Contras*, 7 de Abril de 2008.
30. SILVA, Ana Cristina Conceição da 2003 *Até à Descoberta do Princípio Alfabético*, Lisboa, FCG/FCT.
31. TALIXA, Jorge 2009 “Bloqueio nos fundos da UE pára projecto de milhões na área do regadio”, in *Público*, 13 de Abril.
32. TSF (TSF-Rádio Notícias) 2008 “Governo sai fragilizado, diz oposição”, 10 de Janeiro (http://tsf.sapo.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=913220).

33. TV CULTURA 1990 Programa *Roda Viva*, com Antônio Houaiss, 10 de Dezembro
(http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/458/entrevistados/antonio_houaiss_1990.htm).
34. VALADA, Francisco Miguel 2009a *Demanda, Deriva, Desastre – os três dês do Acordo Ortográfico*, Alcochete, Textiverso. 2009b “Questões morais acerca do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa”, in *Ciberdúvidas da Língua Portuguesa*, 22 de Outubro
(<http://ciberduvidas.sapo.pt/controversias.php?rid=2131>).

Estrategias colaborativas profesor-estudiantes en clase de traducción

Alfredo Álvarez Álvarez

a.alvarezalvarez@uah.es

RESUMO

Las redes sociales son un soporte que muestra una serie de ventajas con respecto a otros convencionales. Su uso, relativamente reciente, se está extendiendo entre los docentes como forma de intercambio de conocimientos y experiencias en el aula. En el presente artículo se presenta un estudio comparativo, realizado en clase con dos redes sociales en momentos diferentes, con el fin de analizar sus posibilidades de uso y valorar su eficacia en términos de comunicación y motivación.

PALABRAS CLAVE

Redes sociales, trabajo colaborativo, web 2.0.

1.1 Introducción

El origen de las redes sociales se remonta, de acuerdo con la mayoría de las fuentes, a 1995, con la creación del sitio web www.classmates.com por Randy Conrads. Con esta red social se pretendía que los distintos usuarios pudieran recuperar o mantener el contacto con antiguos compañeros del colegio, instituto, universidad, etcétera.

Las herramientas informáticas para potenciar la eficacia de las redes sociales online ('software social'), operan en tres ámbitos, "las 3Cs", de forma cruzada:

- Comunicación (nos ayudan a poner en común conocimientos).
- Comunidad (nos ayudan a encontrar e integrar comunidades).
- Cooperación (nos ayudan a hacer cosas juntos).

En cuanto a las herramientas que proporcionan en general las redes sociales en Internet son:

- Actualización automática de la libreta de direcciones
- Perfiles visibles
- Capacidad de crear nuevos enlaces mediante servicios de presentación y otras maneras de conexión social en línea.

1.2 La red social: una herramienta de carácter pedagógico

Una gran cantidad de docentes han adoptado las redes sociales como soporte para sus clases. La elección de una red social como parte integradora de la actividad pedagógica se fundamenta (Chapman y Aspin, 2008: 20-23) en una serie de argumentos que tienen en común el carácter asociativo de las tareas que con su uso pueden desarrollarse:

- La red social fomenta el trabajo cooperativo y la idea de equipo.
- Contribuye a compartir responsabilidades.

- Aprovecha los recursos de toda la comunidad.
- Refuerza la idea de comunidad como elemento común.
- Sus miembros se asocian abiertamente en torno a una comunidad de intereses, preocupaciones y metas.
- Es una entidad orgánica, con conciencia de su identidad.
- Ayuda a establecer distintos tipos de sinergias y colaboraciones entre sus participantes.

A ellos se puede añadir otro más, deducido del estudio que se presenta a continuación, como es el gran poder motivador de la herramienta. Ello parece tener su origen en la propia idiosincrasia de las que podemos denominar “generaciones TIC”, una de cuyas características más notables es aplicar el concepto de *extimidad*⁶, que les permite acercarse sin demasiados pudores a aspectos personales que otras generaciones consideran como formando parte de una intimidad que no desean compartir.

Conviene marcar una diferencia, incluso radical, entre la exposición que realiza un joven en cualquiera de las redes sociales, a las que pertenezca por razones voluntarias, y la que se produce cuando un profesor decide utilizar alguna de ellas para sus clases. En el primer caso se presenta cada cual estableciendo los límites que decida en cuanto a la creación, o recreación, de su propio perfil. Así, podrá hacer partícipes a quienes entren en su espacio de todas cuantas informaciones considere convenientes. En la red que entendemos como pedagógica, a cada miembro se le piden únicamente dos informaciones para su registro, un nombre y una dirección de correo. Dicho todo lo cual, cuando el profesor decide utilizar una red social sabe que su uso es estrictamente pedagógico y habrá de obviar otros aspectos, que los propios estudiantes desbordarán hasta donde ellos decidan, pero en otras redes que no sean la de clase.

1.3 Un análisis comparativo: Traductores 2007 y Traducción 2008

Traductores 2007 (Facebook)

En la intención de trabajar con una red social en clase había un planteamiento previo que pasaba por imponer a la herramienta tres condiciones sin las cuales la experiencia no se podría realizar. Éstas eran flexibilidad, sencillez y capacidad. En un primer momento, Facebook pareció ofrecer algunas prestaciones, sobre todo a nivel técnico, que Ning no había desarrollado. Por esa razón se creó un grupo, llamado *Traductores 2007*, en el que se integraron los estudiantes. Ya en su inicio la red reveló algunas carencias, como la imposibilidad de elegir el idioma (en aquel momento sólo se ofrecía la versión en inglés), o el hecho de que el grupo debiera tener el carácter de *secreto* y por tanto cerrado al público, de acuerdo con la denominación de la propia red, ya que de hacerlo

⁶ Nepomiachi, R. El cartel y la función del extimo

[<http://www.lacanian.net/Ornicar%20online/Archive%20OD/ornicar/articles/153nep.htm>] [consultado en mayo de 2009]: “Extimidad permite establecer que lo mas interno, lo mas íntimo, se encuentra en el exterior y señala su presencia según el modelo de un cuerpo extraño que reconoce una ruptura constitutiva de la intimidad.”

⁷ <http://www.facebook.com/groups.php?ref=sb>

abierto no se hubiera podido impedir la entrada, como miembros, de usuarios ajenos a la clase. Igualmente, no se permitía la publicación de documentos en los distintos formatos más habituales, como .doc, .xls, .pdf. Ello motivó que hubiera de habilitarse un blog del profesor⁸ y un blog individual para el alumno, que quedaría enlazado desde el del profesor. Es decir, que se utilizaron tres soportes: blog del profesor, blogs de los alumnos y grupo Facebook. Las tareas se distribuyeron como sigue: la información diaria en la que se necesitaba utilizar documentos en formato Word u otros quedaba centrada en el blog del profesor. Así, se publicó el programa de la asignatura junto con la bibliografía y algunas fuentes de documentación, al igual que se hacía periódicamente con los textos para traducir. En el blog individual cada estudiante publicaba las distintas traducciones realizadas así como otras tareas de clase que exigían la inclusión de algún tipo de documento, como presentaciones de PowerPoint..., etc.

Para el grupo de trabajo Facebook se reservaron una serie de actividades, clasificadas de acuerdo con algunos de los espacios que ofrece la propia interfaz:

1. Foro de debate
2. El muro
3. Enlaces

Para cada una de los tres se plantearon varias propuestas, voluntarias y dirigidas, con el fin de observar el grado de implicación de cada uno de los alumnos. Para el primer apartado, el *Foro de debate*, se planteó a los estudiantes la publicación de distintos tipos de contenidos, desde incorrecciones lingüísticas que detectaran en medios de comunicación hasta sus vocablos preferidos, términos en desuso..., etc. La respuesta fue amplia tomando en consideración que se trataba siempre de actividades voluntarias llegándose a 61 entradas, como se ve en la Figura 1.

⁸ <http://financiers2008.canalblog.com/>

facebook Inicio Perfil Amigos Bandeja de entrada 1 Koine Traductores Configuración Cerrar sesión

Debates sobre Traductores 2007
 Volver a Traductores 2007

Foro de debate Iniciar un nuevo tema

Mostrar
 Todos los temas

Mostrando temas 1 - 30 de 61. 1 2 3 Siguiente

La traducción de Apollo Justice 1 publicación de 1 persona Creado el 08 de junio de 2008 a las 13:14	Última publicación de Jonathan Marcos Publicado el 08 de junio de 2008 a las 13:14
Nuestro redactor favorito contraataca 1 publicación de 1 persona Creado el 06 de junio de 2008 a las 11:02	Última publicación de Jonathan Marcos Publicado el 06 de junio de 2008 a las 11:02
Insultos 9 publicaciones de 8 personas. Creado el 25 de mayo de 2008 a las 2:28	Última publicación de Lidia De Gregorio López Publicado el 02 de junio de 2008 a las 9:54
Recursos ES_EN_FR 1 publicación de 1 persona Creado el 02 de junio de 2008 a las 9:38	Última publicación de Lidia De Gregorio López Publicado el 02 de junio de 2008 a las 9:38
Palabras sorpresa 2 publicaciones de 2 personas. Creado el 23 de mayo de 2008 a las 3:07	Última publicación de Lidia De Gregorio López Publicado el 02 de junio de 2008 a las 9:02
Se nos olvidaba chiquilicuatro 1 publicación de 1 persona Creado el 02 de junio de 2008 a las 5:50	Última publicación de Koine Traductores Publicado el 02 de junio de 2008 a las 5:50
Faltas de ortografía alucinantes en "Chicho Terremoto" 1 publicación de 1 persona Creado el 30 de mayo de 2008 a las 11:17	Última publicación de Jonathan Marcos Publicado el 30 de mayo de 2008 a las 11:17
mis palabras... 1 publicación de 1 persona Creado el 30 de mayo de 2008 a las 2:54	Última publicación de Ana García Publicado el 30 de mayo de 2008 a las 2:54

Figura 1

En el caso del llamado *Muro* se les propuso utilizar el espacio a modo de tablón de anuncios, en el que pudieran tener cabida diferentes contenidos, que variaron desde la reseña de artículos de interés hasta diversas convocatorias para becas, másteres, congresos..., etc., incluso ofertas de empleo. El número de publicaciones en este ítem fue de 55, para un número de alumnos de 26, lo que da una proporción de dos por alumno. Se trataba de alumnos de 4º curso de la licenciatura, en el segundo semestre del año y, por consiguiente, muy próximos a su actividad profesional fuera de la universidad.

facebook Inicio Perfil Amigos Bandeja de entrada 1 Koine Traductores Configuración

El muro de Traductores 2007
Volver a Traductores 2007

Gabriela Lizcano Aguiar escribió:
el 20 de mayo de 2008 a las 21:14

Vaya ;) ¡ya estaba colgado! Que sirva entonces como recuerdo de última hora para los despistadillos...;) [Escribe en el Muro de Gabriela](#) · [Denunciar](#) · [Eliminar](#)

Gabriela Lizcano Aguiar escribió:
el 20 de mayo de 2008 a las 21:12

EL PROGRAMA FUTURO ofrece becas a estudiantes españoles que desean proseguir sus estudios de posgrado (MASTER o MBA) en Francia. Prioridad a los estudios en ingeniería, finanzas, informática o nuevas tecnologías de la información, derecho y comercio, sin excluir otras materias.

<http://www.lachambre.es/espanol/actualidad/programa-futuro.html> (ver rúbrica programa futuro)
Plazo: del 1º de abril de 2008 al 1º de junio de 2008
Para mas informacion: Elodie Cordan (ecordan@lachambre.es)<http://www.ambafranceesorg/>

¡los interesados a darse prisa, que cierran pronto!

[Escribe en el Muro de Gabriela](#) · [Denunciar](#) · [Eliminar](#)

Figura 2

El tercero de los espacios, denominado *Enlaces*, se reservó a vínculos específicos en relación con la materia de Traducción Especializada Económico-Financiera, tales como bases de datos, páginas web con información concreta, diccionarios, glosarios, bancos de datos e información relativa a cada uno de los textos que se traducían. El número de publicaciones en este ítem fue de 46.

facebook Inicio Perfil Amigos Bandeja de entrada 1 Koine Traductores Configuración Cerrar sesión

Enlaces sobre "Traductores 2007"
Volver a Traductores 2007

Mostrando de 1 a 10 de 46 enlaces.

Guadalupe Muñoz ha publicado un enlace.
el 27 de mayo a las 0:58. [Compartir](#) + x

enligne-fr.com : Le portail des portails emplois, missions et stages en ligne
Fuente: www.enligne-fr.com

Ce portail permet de trouver des experts généralistes aux plus spécialisés, des missions, des emplois et des employés, des stages et des stagiaires

“ Prácticas para el verano.
MUY RECOMENDABLE.
¡Suerte! ”

[Comentar](#) · [Me gusta](#) [Denunciar](#)

[Escribe un comentario...](#)

Publicar un enlace

[Publicar](#)

[Compartir en Facebook](#)
Arrastra el texto del botón que aparece encima a la barra de marcadores para compartir contenido con tus amigos rápidamente.
[Más detalles >](#)

Ayuda

Figura 3

Traducción 2008⁹ (Ning)

⁹ <http://traduccion2008.ning.com/>

En el tiempo transcurrido entre la investigación realizada con Facebook y la realizada con Ning, es decir, entre febrero de 2008 y octubre del mismo año, el desarrollo de la plataforma Ning unido a la experiencia con Facebook, aconsejaron la elección de la primera, por razones que se señalarán en el capítulo consagrado a los resultados, pero en todo caso cabe señalar dos hechos relevantes. En primer lugar, Ning permite decidir la distribución de los espacios y, en segundo, ofrece la opción de decidir si un usuario puede inscribirse o no, como miembro, en la red. Esta circunstancia hace que ya de partida, la plataforma resulte más atractiva, además de que disponga de una interfaz más intuitiva, un espacio blog para cada uno de sus miembros..., etc.



Figura 4

Tal como se ve en la Figura nº 4, el espacio de la página de inicio se dividió en tres columnas, una primera en la que figurara la descripción del espacio de trabajo junto con las fotos de los participantes, las fotos de cualquier otro tipo, documentos de vídeo o de audio que cada cual quisiera aportar, y un último espacio destinado a convocatorias, que se abrió en los últimos días del semestre. En la columna central, considerada la más visible por razones obvias, aparecen algunas indicaciones sobre el uso de la plataforma en primer lugar, las entradas de blog a continuación, un espacio destinado a referenciar las actividades más recientes y un foro de debate.

Finalmente, la tercera columna se destinó a la publicación de los textos para traducir, junto con otras informaciones, como el programa de la asignatura, tal como se puede ver en la Figura 5. A modo de aclaración cabe señalar que para el uso de la red se dispone de dos opciones, una gratuita que dará opción a los gestores de Ning a algunas inserciones publicitarias y otra de pago en la que se suprimirá la publicidad.

Photos

[En voir plus](#)

Vidéos

[Whatever it takes](#)
Ajouté par [Margarita E.](#)

[No mermaid](#)
Ajouté par [Margarita E.](#)

[En voir plus](#)

PROPUESTA de RESOLUCION.doc
[PROPUESTA de RESOLUCION.doc Continuer](#)
Publié par [Margarita E.](#), le 3 Février 2009 à 14 42

mis notas de vocabulario
[Vocabulario.doc](#)
Publié par [Margarita E.](#), le 3 Février 2009 à 14 31

Arrdu28fvrier2006AeronefCollection.es.doc
[Arrdu28fvrier2006AeronefCollection.es.doc Continuer](#)
Publié par [Margarita E.](#), le 3 Février 2009 à 14 30

seguridad nuclear
[Seguridadnuclear.doc](#)
Publié par [Margarita E.](#), le 3 Février 2009 à 14 17

[En voir plus](#)

Activité récente

Aucune activité récente n'a été détectée. Pourquoi ne pas commencer quelque chose ?

Forum

Verano 2007: curso de Inglés en Galway
Démarée par [Margarita E.](#), 10 Mars

DUDAS DE ULTIMA HORA
Démarée par [Margarita E.](#), 3 Févr.

¿TV/Películas, programas, música... en francés? 3 Réponses
Commencé par [Margarita E.](#), Dernière réponse par [Margarita E.](#), 3 Févr...

[En voir plus](#)

Textes à traduire et autres

[BATEAUX ES.doc](#)

[BATEAUX FR.doc](#)

[ENERGIE ES.doc](#)

[ENERGIE FR.doc](#)

[Resto trad avions.doc](#)

[Arrêté du 28 février 2006 Aeronef Collection v.3.doc](#)

[3-017-001 FR.doc](#)

[PROPUESTA DE RESOLUCION FR.doc](#)

[SECURITE NUCLEAIRE FR.doc](#)

[Education FR.doc](#)

[FER A REPASSER FR.pdf](#)

[Multa FR.pdf](#)

[Foix.pdf](#)

[Contraception.pdf](#)

[enfants.ppt](#)

[Conference.pdf](#)

Figura 5

En cuanto a las actividades, éstas se dividieron en obligatorias y voluntarias. En el primer grupo se encontraban la traducción de cada texto propuesto por el profesor en su correspondiente espacio y un análisis de un recurso en línea, concretamente un diccionario o banco de diccionarios, mediante una parrilla que se proporcionó a los alumnos junto con la distribución de cada recurso. Esta actividad incluía, además, una presentación oral. En lo que se refiere a las actividades de carácter voluntario se intentó básicamente que el estudiante se posicionara frente a la realidad que le rodea. Para ello se le propuso reseñar en el foro tanto cuestiones de tipo terminológico, como la detección y comentario de aquellas expresiones, contrarias a la norma, que pudiera descubrir en los medios de comunicación especialmente, como transmisores que son tanto de la norma como de sus incumplimientos. El resultado arroja un total de 56 temas iniciados, a los que hay que añadir sus réplicas y contrarréplicas, todo lo cual asciende a 105 inserciones. En lo que se refiere a las entradas de blog, éstas ascienden a 376, como se puede ver en la Figura 6.

Con anterioridad se ha mencionado el hecho de que, al hacer la inscripción en la red, Ning abre un espacio blog individual en el que quedan publicados los *posts* de cada miembro. Esto es de gran utilidad pedagógica ya que, cuando el profesor desea comprobar el trabajo realizado por un determinado estudiante, sólo tiene que pinchar en su foto, que le dará acceso al blog, en el que encontrará la información, junto con la fecha y hora de su publicación.

TRADUCCION 2008
Nouvelles technologies, traduction et multimédia

Accueil Invitation Mon blogue Membres Forum Photos Vidéos Évènements Blogs Groupes Notes Gestion

Tous les billets Mon blogue + Ajouter un nouveau billet à mon blogue

Tous les billets (376)

Alfredo Álvarez
Se déconnecter
Boîte de réception
Alertes
Des amis – invitation
Paramètres
Ajout rapide

Billets de blogue en primeur
Programa de la asignatura: Traducción científico-técnica
En voir plus

Billets les plus récents
CONSIDERACIONES SOBRE EL EXAMEN (tenéis el texto al final de este post)
PROPUESTA de RESOLUCION.doc
mis notas de vocabulario
Artdu26ivrier2006AeronefColl: seguridad nuclear
multa.doc
Educación

Anuncios Google
¿Cuándo te vas a morir?
Haz el test y descubre cuánto tiempo te queda de vida!
www.test-de-la-muerte.com
Traducciones urgentes
Técnicas, juradas, financieras Lláme sin compromiso al 915636129
www.amado-loriga.net

CONSIDERACIONES SOBRE EL EXAMEN (tenéis el texto al final de este post)



Figura 6

Ésta vendrá estructurada con el siguiente orden:

- Actividad reciente
- Fotos
- Vídeos
- Blog
- Muro de comentarios.

Esta organización facilita enormemente la tarea de evaluación, así como la verificación de tareas propuestas para realizar en autonomía, al tiempo que asegura un mejor ordenamiento de los espacios.

1.4 Resultados

Para analizar los resultados es necesario especificar que se está planteando un estudio con las siguientes características:

- Grupo A. Asignatura: Traducción Especializada Económico-Financiera. Nº de alumnos encuestados: 22. Curso: 2º semestre del curso 2007-2008. Alumnos de 4º curso.
- Grupo B. Asignatura: Traducción Científico-Técnica. Nº de alumnos encuestados: 15. Curso: 1º semestre del curso 2008-2009. Alumnos de 3º y 4º cursos.

El grupo A trabajó con la red Facebook y el grupo B con Ning.

Para evaluar los resultados conviene aclarar que, aunque en apariencia parecen estar comparándose valores diferentes (asignaturas distintas, cursos no coincidentes en todos los casos), el estudio intentaba evaluar metodologías de trabajo en una misma actividad como es la enseñanza de la traducción, con la variante introducida del uso de las nuevas tecnologías en ambos casos y un esquema de actuación en el aula equivalente. Desde esa óptica, el planteamiento es coherente ya

que no se entra en ningún momento a valorar conceptualmente cada una de las materias sino, como se ha señalado, una metodología que es plenamente compatible en ambos casos.

En la estimación de los resultados obtenidos se obtienen, ya en la primera cuestión, relativa a la valoración de los conocimientos de informática que hacen los estudiantes, valores semejantes, lo cual puede resultar coherente ya que entre ambas encuestas median unos meses. Sí sorprende que, para unos alumnos que utilizan el ordenador para el trabajo de aproximadamente un 20 % de las materias, hagan una valoración relativamente alta (en torno al 75% en ambos casos) de la respuesta *De nivel usuario*, y sólo en el caso del grupo A algo más de un 20% considera sus conocimientos *Altos*. Parece coherente que una gran mayoría, cercana al 90% en ambos grupos, realice sus trabajos de clase en soporte informático, aunque resulte algo sorprendente que ese 10% que los realiza manuscritos cuente con la aquiescencia del profesor. En cualquier caso, a la pregunta de si en la licenciatura ha utilizado las TIC y en qué materias, la respuesta es afirmativa para 9 de ellas, que no cambian en un caso y en otro, y que tal vez pueda considerarse un exiguo porcentaje en una licenciatura cuyas competencias tienen mucho que ver con las TIC.

Esto parecen tenerlo muy asumido los estudiantes que, en una clara mayoría consideran, en los dos grupos, que las TIC pueden mejorar su aprendizaje. Cuando entramos en los aspectos concretos en los que podría producirse esa mejora se observa cierta divergencia en los dos grupos en cuanto a la calificación. Mientras que para el A es relativamente importante el *Manejo del ordenador*, el grupo B se manifiesta con bastante contundencia partidario de esta respuesta, al igual que en el *Conocimiento de fuentes de documentación*, en *Aprendizaje de procesos de trabajo*, *Conocimiento de recursos lexicográficos* y *Familiarización con entornos on line*. Esta aparente divergencia en dos grupos con tan poco espacio de tiempo y con personas de una misma edad tiene sin embargo su corolario en la pregunta *¿Sabes qué son las redes sociales?* En el grupo A, recordemos, realizada la encuesta en febrero de 2008, apenas un 15% sabe lo que son, lo cual sorprendió a quien firma estas líneas, ya que apenas algunos alumnos conocían, cuando se planteó el estudio, la red Facebook que, dicho sea de paso, estaba dando sus primeros pasos en España. Sin embargo, en el grupo B, con la encuesta realizada en octubre de 2008, cerca del 90% conocían las redes y, a la pregunta de *¿Qué redes sociales conocen?* responden que un total de 10, en las cuales tiene cuenta el mismo porcentaje, mientras que en el grupo A sólo un 10% la tenía.

Ello probablemente tiene su razón de ser en la pregunta, realizada en ambos casos al finalizar el estudio, de *¿Cómo valoras el uso de una red social?* El grupo A se reparte entre *Interesante*, *Útil* y *Divertida* mientras que el grupo B se reparte entre *Muy útil*, *Motivadora* y *Divertida*. Pero donde se aprecia con nitidez la diferencia que los estudiantes han visto entre una y otra red es en la pregunta *Ventajas que has visto en el uso de una red social*, que se refleja a continuación, por su interés para las conclusiones:

Ventajas de una red social	Grupo A Facebook	Grupo B Ning
Estimula el trabajo cooperativo	66,6%	86%
Establece vínculos profesionales	37,5%	66,6%
Ayuda a mejorar las relaciones personales	41,6%	33,3%
No aporta gran cosa	2%	0%
Abre posibilidades de trabajo en equipo	50%	93,3%
Entorpece la clase	4,1%	0%

Como se puede apreciar, el grupo A se sintió menos vinculado con el uso de la red que el grupo B, lo cual puede parecer contradictorio si consideramos el desarrollo que está teniendo Facebook en la actualidad en todo el mundo, sobre todo con relación a Ning, más reducida a grupos profesionales con intereses comunes y, en principio, alejada de los segmentos de edad sobre los que estamos trabajando. Esta aparente divergencia tiene, sin embargo, algunas explicaciones. En primer lugar está la propia interfaz de Facebook que, como se señaló al principio, no permitía la publicación de archivos, en una actividad como la traducción en la que se trabaja fundamentalmente con todo tipo de documentos. Ya se señaló con anterioridad que esta circunstancia obligó a utilizar un blog del profesor y uno individual para cada alumno. Eso hace que el peso de la clase bascule y se divida entre el blog que cada estudiante tiene que administrar y el uso de la red, con la que se siente cómodo porque establece nuevas perspectivas de comunicación, y que supone un elemento muy novedoso en sus usos y costumbres como alumno. Sin embargo, aun aceptándola como elemento útil, interesante y divertido no es capaz de ver, o el profesor no acertó en sus propuestas en ese sentido, los tres aspectos que el grupo B más valoró, a saber, el estímulo al trabajo cooperativo, el establecimiento de vínculos profesionales y el hecho de que abra posibilidades de trabajo en equipo. Tres aspectos que, en cierto modo, pueden condensar la utilidad de una red social en clase y que el grupo A también valoró como muy relevantes.

Sin embargo, resulta obvio, y los resultados del grupo B así parecen demostrarlo, que la red Ning ha colmado las expectativas de sus miembros a la luz de sus opiniones. Ello se debe, probablemente, al hecho de que, a diferencia de lo ya explicado para Facebook, en Ning toda la actividad se desarrolló en la red. Allí se publicaron los distintos trabajos de los estudiantes, las propuestas del profesor, se publicaron igualmente documentos de audio y de vídeo y en ella se desarrolló el foro y las distintas formas de comunicación, lineales y transversales, que se produjeron a lo largo del semestre que duró el estudio. Parece evidente, pues, que Ning fue capaz de ofrecer un entorno cómodo y con gran capacidad de atracción.

1.5 Conclusiones

Del trabajo realizado con las dos redes aparece en primer lugar como evidencia el hecho de que Ning es mejor comprendida que Facebook, posiblemente por sus mayores prestaciones. Mientras que en un caso, la propia red no ofrece un entorno en el que poder trabajar al cien por cien (Facebook), en el otro nos encontramos con un espacio que ofrece unas prestaciones altamente satisfactorias por su sencillez de manejo y, al mismo tiempo, por sus múltiples opciones.

Partiendo de esta constatación, la red parece demostrar una enorme capacidad de atracción, lo que redundaría en un alto poder motivador. Más allá de estas primeras constataciones hay otras, derivadas de las propias observaciones de los estudiantes y que tienen que ver con la idea de espíritu de comunidad, de compartir un espacio de conocimiento. Ahí nos situamos en el estímulo del trabajo colaborativo, que los estudiantes parecen aceptar de bastante buen grado, probablemente por sus grandes ventajas.

En otro orden de cosas, hay un aspecto que no se puede obviar como es el hecho de que la red propicia distintos tipos de comunicación en el aula, lineales y transversales (alumno-alumno; alumno-profesor, profesor-alumno...). La utilización del foro, la posibilidad de enviar mensajes a los distintos miembros así como la función respuesta, o comentario, son elementos enriquecedores de la comunicación que se completan con el intercambio de saberes compartidos. En definitiva, la red social parece disponer de elementos (poder de atracción, facilidad de comunicación, facilidad para el trabajo en equipo...) como para que pueda ofrecer al docente amplias posibilidades de uso en el aula.

BIBLIOGRAFÍA

1. Alvarez, A.: Blog Financiers 2008 URL: <http://financiers2008.canalblog.com/> [consultado en mayo 2009].
2. Red social Traducción 2008. URL: <http://traduccion2008.ning.com/> [consultado en mayo 2009]
3. Chapman, J.D., y Aspin, D. N. (diciembre 2008): “¿Por qué redes y por qué ahora?”, in *Revista Cuadernos de pedagogía*, nº 385. Ed. Wolkers Kluwer España, S.A. (20-23)
4. Nepomiachi, R. *El cartel y la función del extimo* [<http://www.lacanian.net/Ornicar%20online/Archive%20OD/ornicar/articles/153nep.htm>] [consultado en mayo de 2009]

O papel das redes na tradução

João Brogueira

João Brogueira é licenciado em Línguas e Literaturas Modernas (Inglês/Alemão) pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL) e pós-graduado em Tradução pela mesma instituição. Participou acções de formação para docentes de tradução na Universitat Rovira i Virgili (Tarragona, Espanha), onde também frequentou os seminários curriculares do programa de Doutoramento em Estudos Interculturais, especialização em Estudos de Tradução. Leccionou Tradução Assistida por Computador na licenciatura em Tradução da FLUL e, actualmente, é docente no ISLA no mesmo domínio científico. Já orientou também cursos intensivos de ferramentas de tradução na Universidade Católica Portuguesa. Além de uma colaboração regular com o G.I.T. para a tradução e revisão de documentos para as instituições europeias, especializou-se na tradução económica e financeira e na localização de software. No campo da investigação, os seus interesses centram-se nas ferramentas de auxílio à tradução e o seu impacto nos processos de tradução e na comunicação.

Introdução

Os novos modelos de interacção virtual — a Web 2.0 — foram concebidos para aproveitar os efeitos de rede e a inteligência colectiva. Anunciavam uma revolução, mas há largos anos que os tradutores exploram o potencial do trabalho em rede e da colaboração através da Internet. Com base na noção de rede social como forma de representação das relações interpessoais e do agrupamento de interesses comuns, analisaremos o papel das redes sociais digitais e do trabalho em rede na prática da tradução, cotejando algumas palavras-chave da história dos meios de comunicação digitais com os recursos que foram sendo criados por tradutores e para tradutores.

Correio Electrónico

No princípio era o correio electrónico. Todas as coisas se faziam por meio dele. Os primeiros mecanismos de troca de mensagens na Internet datam de finais de 1969, mas a sua massificação só chegaria alguns anos mais tarde. Em Portugal, iniciou-se com o lançamento do Netpac, em 1995. Foi o primeiro produto de acesso à Internet dirigido ao mercado residencial e, subsidiariamente, ao mercado das Pequenas e Médias Empresas. Eram os tempos da banda dita "estreita" e as mensagens continham sobretudo texto, pois qualquer outro conteúdo demorava bastante tempo a descarregar.

Além das mensagens de correio electrónico trocadas directamente entre dois utilizadores, surgiram outras formas de comunicação colectiva que poderíamos considerar os primórdios das redes sociais para tradutores: as listas de distribuição, os *newsgroups* (NNTP) e os fóruns. As listas de distribuição consistem num mecanismo através do qual uma mensagem de correio electrónico enviada para um determinado endereço é distribuída a todos os subscritores. Os *newsgroups* são um meio de comunicação que permite aos utilizadores afixar as suas mensagens em grupos subordinados a temas específicos, as quais são agrupadas por assunto. O seu funcionamento é semelhante ao dos fóruns na Web, e certamente os inspiraram, mas estes destacam-se pela sua funcionalidade superior devido à tecnologia de hiperligação de conteúdos.

Em todas estas formas de comunicação colectivas encontramos os tradutores desde muito cedo. A "mãe" de todas as listas de distribuição é a LANTRA-L, fundada no Outono de 1987, que se afirma como "um fórum dedicado a todos os aspectos da tradução e da interpretação das línguas naturais, incluindo as ferramentas informáticas de apoio à tradução e à interpretação".¹⁰ Para Portugal, a mais representativa será a POR-TRANS, embora os índices de utilização desta lista tenham caído a pique desde 2007.¹¹ A par das listas de distribuição de carácter geral sobre os mais diversos aspectos da tradução, existem listas especializadas, tais como as dedicadas ao debate de aspectos relacionados com as diferentes ferramentas informáticas de apoio à tradução. Estas últimas foram constituídas sobretudo na perspectiva de formarem grupos de entajuda de utilizadores dessas ferramentas e algumas delas são, actualmente, fontes de informação privilegiadas. Não só os seus arquivos podem ser pesquisados em busca de uma solução para problemas que outras pessoas possam já ter exposto, como o envio de uma mensagem para a lista costuma obter uma resposta competente num espaço de tempo relativamente curto. As trocas de mensagens suscitam mesmo o interesse dos fabricantes desses produtos, que participam nas listas para fazer anúncios ou prestar esclarecimentos técnicos e, ainda, para sondar informalmente as opiniões dos utilizadores dos seus produtos.¹²

Do ponto de vista da comunicação e da interacção, a conversação por texto em tempo real também acompanhou o movimento de massificação da Internet. Primeiro com os sistemas de Internet Relay Chat (IRC), que permitem a comunicação colectiva através de salas de conversação, e, depois, com os sistemas de mensagens instantâneas, que permitem conversas por texto em tempo real entre dois ou mais utilizadores. Por força do carácter mais volátil destes sistemas ou da atenção constante que exigem, o IRC nunca se afirmou como ferramenta de trabalho em rede para os tradutores. As mensagens instantâneas afiguram-se como uma alternativa mais informal e rápida ao correio electrónico, embora a sua vertente lúdica seja alvo de fortes críticas pelo impacto que tem na produtividade.

Ainda na segunda metade da década de 1990 surgiram os primeiros "mercados" virtuais de tradução. O Aquarius (<http://www.aquarius.net/>) é o decano deste modelo de actuação, embora o Proz (<http://www.proz.com/>) (fundado em 1999) seja actualmente o mais conhecido e concorrido. Esta tendência é coincidente com a "Nova Economia", uma época marcada pela aposta nas tecnologias da informação como facilitadoras da actividade económica e pela aceleração da globalização. Também a profissão de tradutor sentiu, nessa altura, um impulso, pois toda uma panóplia de novos conteúdos carecia de tradução e localização. Estes mercados virtuais eram, a princípio, pouco mais do que plataformas utilizadas pelos clientes para colocarem traduções a concurso, nos quais os tradutores participavam apresentando as suas qualificações e a sua melhor oferta. Este enquadramento granjeou-lhes uma certa fama de pontos de encontro de tradutores e clientes pouco escrupulosos, dispostos a trabalhar a qualquer preço.

Refira-se, porém, que estes mercados virtuais têm vindo a acrescentar funcionalidades às suas plataformas e hoje, além das funções de licitação, albergam fóruns de debate dos mais diversos aspectos relacionados com a tradução, dispõem de sistemas de pergunta/resposta para obter esclarecimentos de terminologia, de sistemas de classificação de contratantes e de extensas listas de tradutores nas mais diversas combinações linguísticas, bem como de profissionais em áreas afins, como a edição electrónica ou ensaiadores para software localizado. Além destas vertentes mais

¹⁰ LANTRA-L. <http://www.geocities.com/Athens/7110/lantra.htm>. Visitado em 15.11.2009.

¹¹ POR-TRANS. <http://groups.yahoo.com/group/por-trans/>. Visitado em 15.11.2009.

¹² Ver, por exemplo, <http://groups.yahoo.com/group/dejavu-l/>, <http://groups.yahoo.com/group/wordfast> ou http://groups.yahoo.com/group/TW_users.

comuns, alguns sítios Web contam ainda com secções dedicadas à divulgação de artigos relacionados com a prática profissional da tradução e com a informática e as ferramentas informáticas de apoio à tradução.

Esta função agregadora de conteúdos de interesse para os tradutores e clientes de tradução tem contribuído para a criação de uma imagem mais positiva destes mercados virtuais de tradução. Concretamente no caso do Proz, que conta com cerca de 390.000 membros registados, a comunidade de utilizadores já extravasou o domínio virtual e, além dos pequenos encontros de utilizadores a nível local, têm vindo a ser organizadas conferências de âmbito mundial e regional, tanto presenciais como virtuais.

Web 2.0

O conceito da Web 2.0 assenta numa nova forma de encarar a Internet, nomeadamente o aproveitamento da inteligência colectiva e dos efeitos de rede para a criação de conteúdos. Em vez do primado do desenvolvimento e distribuição de um conteúdo comum para muitos utilizadores, privilegiam-se formas de participação que permitam a qualquer utilizador dar o seu contributo e, assim, acrescentar valor ao todo em crescimento. O valor acrescentado deste modelo de interacção reside na agregação dos conteúdos e surge como um "efeito secundário" natural desses contributos e não necessariamente enquanto resultado de uma tentativa deliberada de produzir um artefacto com valor. A comparação mais óbvia, neste contexto, é entre a elaboração de uma enciclopédia tradicional e a elaboração da Wikipedia (<http://www.wikipedia.org/>), em que no primeiro caso a iniciativa parte de um editor e no segundo caso a iniciativa parte dos utilizadores.

Tim O'Reilly, um dos precursores do uso do termo Web 2.0,¹³ coloca a tónica na produção de aplicações abertas a um público vasto e ao maior número possível de dispositivos, para incentivar uma participação abrangente e democrática. A arquitectura dos sistemas desempenha aqui um papel fundamental e quase político, baseando-se num núcleo relativamente pequeno e estável, com mecanismos de expansão bem definidos, que permitem a aceitação de qualquer elemento que esteja em conformidade com as normas básicas. Larry Wall, criador do Perl, refere-se a este fenómeno como "a cebola" numa analogia entre as camadas da cebola e as camadas que os utilizadores vão acrescentando, através da sua participação, às aplicações Web 2.0.

Considerações gastronómicas à parte, não é difícil ver como este modelo se aplica a uma plataforma como o Proz, onde a intervenção da empresa se limita em grande medida à gestão e organização do núcleo pequeno e estável do sistema, eminentemente sob a forma de uma ou várias bases de dados. São os membros que produzem os conteúdos, mesmo inusitadamente sob a forma das suas dúvidas de terminologia e das respostas que obtêm ou sob a forma dos debates que iniciam ou nos quais participam; ou de forma mais voluntária, contribuindo com artigos de interesse específico para a profissão e a comunidade representada naquele sítio Web. O sistema de votos a favor/contra as soluções terminológicas propostas por outros membros ou a oportunidade de manifestar opiniões nos fóruns são o eco da dimensão política a que nos referimos anteriormente, e contribuem para a validação dos vários intervenientes. Imperfeito como qualquer sistema democrático, esta abertura à participação de qualquer pessoa reúne personalidades (e personagens) muito diferentes e com fitos muito diversos. É o conjunto de normas básicas, e a sua aplicação, que assegura a integridade deste sistema.

¹³ O'Reilly, Tim. 2005. "What is Web 2.0". <http://oreilly.com/pub/a/web2/archive/what-is-web-20.html?page=3>. Visitado em 15.11.2009.

Diz-me a tua rede, dir-te-ei quem és

A um nível diferente, já menos especializado, encontramos redes sociais como o LinkedIn (<http://www.linkedin.com/>), que se centram na promoção de contactos profissionais. Ao contrário do Proz, que reúne apenas profissionais de uma área, uma rede como o LinkedIn reúne profissionais de várias áreas e isso está bem patente nos mais de 50 milhões de membros desta rede. Assemelha-se a uma base de dados de emprego, da qual constam os dados pessoais e as qualificações mais relevantes de cada membro, mas acrescenta uma dimensão social à pessoa em causa. Não só um utilizador poderá ser "apresentado" a outros por via da sua rede de contactos, como também permite aferir um certo perfil social e a sua carteira de contactos. Além disso, é possível fazer recomendações de outros utilizadores, contribuindo para aumentar a visibilidade e a putativa credibilidade do respectivo perfil.

No pólo mais generalista das redes sociais, encontramos o Facebook (<http://www.facebook.com/>) ou o Hi5 (<http://www.hi5.com/>). Além de um perfil pessoal com as mais diversas informações pessoais e profissionais, estes sítios Web promovem activamente o alargamento da rede dos utilizadores. O sistema explora todo o tipo de afinidades para a promoção de redes e angariação de novos utilizadores, e incentiva novas relações através de sugestões de amizade com pessoas escolhidas aleatoriamente ou presentes nas redes a que o utilizador já se encontra ligado. Em muitos casos, as redes sociais dos utilizadores não passam de uma acumulação indiscriminada de relações com pessoas que nunca viram na vida e provavelmente não irão ver. Além disso, estes sítios disponibilizam ainda gratuitamente uma série de aplicações, jogos e actividades, que acentuam a sua vertente lúdica e a sua popularidade. O Facebook, por exemplo, tem mais de 300 milhões de membros activos e é o segundo sítio Web com mais tráfego, logo a seguir ao Google, segundo os dados compilados pela Alexa.¹⁴ Não espanta, por isso, que em muitas empresas e organizações, se assista a um fenómeno semelhante ao que se passou com os sistemas de conversação ou mensagens instantâneas e com o correio electrónico há alguns anos, cuja utilização abusiva para fins pessoais e para distribuição de conteúdos não-profissionais motivou a introdução de restrições à sua utilização, nomeadamente de anexos ou destinatários. Avisos como o seguinte são cada vez mais frequentes:

De: EMPRESA – DEP. INFORMÁTICA

Enviado: sexta-feira, 6 de Novembro de 2009 12:14

Para: EMPRESA - funcionários

Assunto: Acessos a sites de comunidades sociais e de vídeo

Acessos à Internet

Sites de comunidades sociais e de vídeo

Informamos que devido ao aumento significativo, e em alguns casos excessivo, no acesso a sites de comunidades sociais e de conteúdos multimédia, tais como o Facebook e Youtube, foi decidido pela GERÊNCIA e com efeitos imediatos, que estes sites só estarão acessíveis das 20h às 9h nos dias úteis, e aos fins-de-semana.¹⁵

De utilidade dúbia para a vida profissional, estas redes mais generalistas têm ainda o perigo de exporem involuntariamente a vida pessoal dos seus membros. Actualmente, um perfil em linha equivale a um cartão-de-visita ou a um currículo, e a divulgação de informações pessoais ou

¹⁴ Alexa. <http://www.alexa.com/siteinfo/facebook.com>. Visitado em 15-11-2009.

¹⁵ Dados de identificação ocultados a pedido da fonte.

profissionais deve ser cuidadosamente ponderada, não obstante a facilidade com que podem ser publicadas a partir de qualquer equipamento electrónico de comunicação fixo ou móvel. Uma afirmação extemporânea contra um fabricante de software para computadores pessoais certamente não cairia bem a um tradutor num processo de candidatura para essa empresa, por exemplo.

Mesmo nas redes ou nos sítios Web mais orientados para a prática profissional, a simples colocação de uma dúvida de terminologia pode revelar-se uma faca de dois gumes. Se, por um lado, conseguiremos a colaboração de outros para fazer sentido de um termo ou expressão, existe a possibilidade de a divulgação dessa informação constituir uma violação do dever de confidencialidade perante o cliente. Ainda recentemente, uma empresa de tradução divulgava o seguinte texto no seu boletim informativo mensal:

ProZ and Confidentiality

As you know, it is strictly forbidden to place assignments or texts from COMPANY on ProZ or other translators' website communities, as stated in the "Supplier and Invoicing Agreement" that all of you have accepted when registering with us. Violation of these guidelines shall lead to immediate exclusion from COMPANY assignments and possibly legal proceedings as well.

Likewise, **it is forbidden to place parts of text on ProZ or similar sites** in order to get help with terminology from colleagues in the business. Even if you cross out the customers' and products' names, **you risk revealing confidential information through the context**. Although you may be posting text with the best intentions: namely, to deliver a top quality translation to us and to our end customer, it is not permitted. **Our customers possess confidential information, and they trust us to respect that confidentiality with regard to their files**. Thus, this material must never be published anywhere. If you are in doubt about any particulars in this regard, you are always welcome to ask us for clarification.¹⁶

A questão da confidencialidade aqui suscitada afigura-se, em face das mudanças em curso e das evoluções que se perfilam no horizonte para o trabalho dos tradutores, uma das que mais debate deverá suscitar num futuro próximo. Tomando o exemplo atrás apresentado, não só há que precaver a salvaguarda de direitos de propriedade intelectual e industrial inerentes aos objectos das traduções, como o sigilo a que poderá obrigar uma determinada relação contratual.

Banda (muito) larga

Actualmente, a larga maioria do trabalho de tradução já é distribuído por via electrónica e os tradutores têm cada vez mais recursos ao seu dispor na Internet. Além dos meios de comunicação e interacção atrás referidos, há um número crescente fontes de informação disponíveis na grande rede global da Internet. A disponibilização de conteúdos numa rede mundialmente acessível coloca os tradutores de hoje numa posição de clara vantagem face aos tradutores da era pré-Internet. O acesso às fontes é quase imediato, muito mais económico e mais fácil.

Veja-se o exemplo da tradução de uma citação textual de um acto jurídico comunitário. Antigamente, na ausência de uma cópia em papel do referido acto, a solução mais rápida seria contactar alguém num centro de documentação nacional ou comunitário, solicitar que essa pessoa fosse à procura do documento e ditasse pelo telefone a passagem pretendida. Hoje, basta aceder ao sítio EUR-Lex (<http://eur-lex.europa.eu/>) e em segundos tem-se acesso ao documento em qualquer

¹⁶ LanguageWire Newsletter, Outubro de 2009.

uma das 23 línguas da União Europeia, em visualização monolíngue ou bilingue. Esta e outras bases de dados, como o sítio PreLex (<http://ec.europa.eu/prelex/apcnet.cfm?CL=pt>), são valiosíssimos recursos que têm em comum o facto de não se destinarem especificamente a tradutores, embora se revistam de importância fundamental para o trabalho destes.

Reconhecendo essa importância, em 2007, a Direcção-Geral de Tradução da Comissão Europeia tornou público o acesso à sua memória de tradução do acervo comunitário. Distribuído em formato tmx, para compatibilidade com a maioria das ferramentas de memória de tradução, qualquer pessoa pode importar para o seu computador e manipular os mais de 945.000 segmentos de tradução em língua portuguesa. Além contribuir para traduções humanas mais coerentes, esta memória de tradução pode ser utilizada para o treino de sistemas de tradução automática, para a produção de recursos lexicais e semânticos e para ensaios de software de extracção de informação e alinhamento de textos.¹⁷

De facto, as memórias de tradução podem constituir activos muito valiosos, que são o fruto de longos anos de trabalho árduo dos tradutores. Além de representarem uma poupança potencial muito significativa para a tradução de documentos semelhantes entre si, que se traduz num forte aumento da produtividade, também podem ser utilizadas para alimentar e treinar certos sistemas de tradução automática. Não admira, portanto, que já tenham surgido iniciativas de carácter comercial como o Translation Memory Marketplace (<http://www.tmmarketplace.com/>) destinadas ao comércio de memórias de tradução. Mais frequentes, porém, são as iniciativas de agregação do conteúdo de memórias de tradução de vários utilizadores com vista à construção de um grande *corpus* comum. É disso exemplo o MyMemory (<http://mymemory.translated.net/>), que reivindica mais de 230 milhões de contribuições humanas, ou o projecto Wordfast Very Large Translation Memory (http://www.wordfast.com/products_vltm.html), cujo repositório apenas está acessível aos utilizadores de ferramentas Wordfast.

Também tu, Google?

Assente num modelo de funcionamento semelhante, o recente Google Translator Toolkit (<http://translate.google.com/toolkit/>) dá um passo mais à frente e combina explicitamente as capacidades de tradução automática do Google Translate com funcionalidades de tradução humana assistida por computador, num produto dirigido especificamente a tradutores. Numa fase inicial, é gratuito e tem algumas limitações em termos de tamanho dos documentos manipulados e das memórias carregadas para o sistema. Segundo a informação actualmente disponível sobre o Google Translator Toolkit, as traduções humanas são guardadas por predefinição numa memória de tradução partilhada e de acesso público, embora exista a possibilidade de as guardar numa memória privada.

Tratando-se de um sistema de tradução automática de base estatística, o Google Translate "aprende" com as traduções humanas e necessita delas para evoluir. Voltamos, assim, ao modelo da Web 2.0, em que um núcleo de base é alimentado e enriquecido pelos contributos dos utilizadores. A questão está em saber qual é efectivamente a relação custo/benefício destas ferramentas. A curto prazo, os tradutores poderão beneficiar de uma ferramenta gratuita e de acesso a vastas memórias de tradução, mas os próprios sítios Web advertem que a política de gratuitidade poderá mudar em qualquer altura. Já os proprietários destes sistemas obterão gratuitamente matérias-primas para o

¹⁷ Centro Comum de Investigação, Comissão Europeia. <http://langtech.jrc.it/DGT-TM.html>. Visitado em 15.11.2009.

seu desenvolvimento e poderão um dia revendê-las directamente sob a forma de conteúdos ou indirectamente sob a forma de sistemas que as incluam.

No entanto, esta é uma prática que deve ser abordada com cautelas. Dado que as memórias armazenam tanto os textos de partida como os textos de chegada, a sua divulgação enfrenta potenciais restrições em matéria de direitos de propriedade intelectual e industrial. Além disso, dado que os projectos de tradução podem estar sujeitos a um regime de confidencialidade, esse regime será em princípio extensível a qualquer subproduto dessa tradução, incluindo os segmentos considerados individualmente.

Conclusão

Como se pode constatar, também no domínio da tradução têm surgido novos modelos de interacção virtual, quer do ponto de vista do relacionamento social, quer no âmbito do aproveitamento dos efeitos de rede e da inteligência colectiva para a criação de volumosos repositórios de informação. Subsistem, porém, dúvidas quanto à reciprocidade dos benefícios. Além disso, a centralização da informação em servidores e, eventualmente, em aplicações remotas poderá implicar uma perda de controlo sobre essa informação e de parte do valor acrescentado do trabalho do tradutor.

João Brogueira

16 de Novembro de 2009

Consultas de tradução no Ciberdúvidas: norma, sensibilidade e informação lexicográfica

Ana Martins*

1. *Ciberdúvidas* e as redes sociais

1.1. O *Ciberdúvidas da Língua Portuguesa* é um consultório linguístico, criado em 1997, com 10 a 20 actualizações diárias. O sítio tem uma largura de banda de **23.76 GB** (Outubro). É de acesso gratuito e caracteriza-se por ter uma edição plural, dado que conta com uma equipa de cerca de 50 linguistas e professores, autores de pequenos textos-resposta (cf. <http://ciberduvidas.pt/staff.php>). Estes textos são sempre revistos antes de ser editados.

O *Ciberdúvidas* é, por esse facto, uma referência na comunidade lusófona, sem, porém, ter carácter institucional. No entanto, por via das parecerias estabelecidas, com o Ministério da Educação e o Instituto de Linguística Teórica e Computacional, beneficia de suporte institucional.

1.2. Estes são os traços fundamentais que o distinguem duma rede social: tudo o que é editado tem acreditação prévia; os consultores respondem pelo que mandam para edição e a fundamentação teórica é um pressuposto sempre presente; as respostas são acreditadas e fiáveis e os nossos consulentes interpelam-nos e citam-nos como tal.

Não há, portanto, um sistema semelhante ao da aposição de *posts*. O trabalho desenvolvido não se assemelha ao trabalho colaborativo, apesar de haver sempre espaço para retornos e correcções, sendo que a edição de uma resposta é expandida com notas ou remissões para outras com as quais entra assim em relação dialógica. Nesta medida, não há fóruns nem tópicos de discussão, não há uma dinâmica de parceiros nem tutores: tudo o que é colocado em linha é controlado.

2. Serviço prestado pelo *Ciberdúvidas* no âmbito da tradução

2.1. Já especificamente no que toca ao serviço de tradução, convém sublinhar desde já que o *Ciberdúvidas* não oferece especificamente um serviço de tradução de texto; não traduzimos sítios (como o *Facebook* no *Translation for Facebook Connect*, por exemplo), nem excertos, nem sequer frases – quando muito, colocações.

2.2. Qual a pertinência, pois, do trabalho do *Ciberdúvidas* no campo da tradução? Dado que a actividade de tradução assenta – pelo menos numa parte – num conhecimento metalinguístico da língua de chegada e atendendo a que a tradução já não se define como transcodificação, mas como uma retextualização na língua-alvo, o *Ciberdúvidas* auxilia não só na busca da melhor formulação, de acordo com a norma da língua de chegada, (mesmo sem acesso pleno à função comunicativa do texto de partida), mas também a lidar com aspectos da ordem da Pragmática, da Estética e da Cultura.

Por outro lado, o *Ciberdúvidas* é um canal de acesso a uma plêiade de dicionários (bilingues, monolingues, de especialidade, etimológicos, de várias épocas e variedades) e oferece um guião interpretativo face aos resultados da consulta. Tal pode parecer uma trabalho de pouco alcance, mas não é, atendendo a que:

• os dicionários incorporam cada vez mais informação diversificada, com verbetes cada vez mais complexos: dão informação quanto à variante, à etimologia, às palavras transparentes e lexicalizações relativas àquela entrada; dão abonações, dão exemplos de uso, colocações, sinónimos e antónimos, remissões para palavras morfológica e semanticamente relacionadas, etc.

• a distinção entre dicionários normativos (que impõe usos prestigiantes e considerados correctos) e dicionários descritivos (que registam na sua nomenclatura palavras frequentes e palavras de registos que não o da norma-padrão) não está plasmada no paratexto do dicionário (basicamente porque na panorâmica nacional, ao contrário do que se passa no Brasil, dominam os produtos híbridos). Portanto, há muitas vezes necessidade de o consulente ser guiado na interpretação da presença ou ausência de uma dada entrada nos dicionários que consulta.

Outro aspecto a relevar neste âmbito diz respeito às perguntas de atestação de lexemas. Isto porque, geralmente, parte-se do princípio – errado – de que, pelo facto de o dicionário não ter uma palavra na sua nomenclatura ela não existir na língua. Convém lembrar que há várias razões para que uma palavra, estando a circular na língua (e, portanto, existente) não conste do dicionário:

- a) a data de elaboração do dicionário: a palavra podia não ter índices de frequência suficientes à época de edição/elaboração do dicionário (e sabemos como hoje em dia a introdução de neologismos é extremamente rápida);
- b) a elaboração de uma nomenclatura de dicionário é sempre fruto de uma selecção, ou seja, é uma fatalidade/necessidade que falem palavras no dicionário; não há nenhum dicionário de nenhuma língua que contenha todo o seu léxico; daí a necessidade de haver dicionários históricos, dicionários de especialidade; é também por isso que temos em casa vários dicionários e não só um (o léxico de uma língua é uma colecção virtual);
- c) as palavras que estão fora do dicionário são de certeza palavras transparentes, cuja formação (por derivação ou composição) é óbvia para o consulente do dicionário.

Há ainda outras palavras que, não estando atestadas, são palavras possíveis – *se não existem, podiam existir*. Desta maneira, o consultor do *Ciberdúvidas* é um parceiro na confirmação do julgamento, fundamentado segundo regras morfológicas, da melhor opção de formação, com particular incidência no caso das palavras recentes, pois ainda é impossível, numa dada sincronia, decidir se elas irão de facto permanecer no idioma ou se são efémeras. Há alguns critérios de previsão que o consultor do *Ciberdúvidas* pode dar.

Finalmente, se o léxico de uma língua é um inventário virtual, nenhum falante, nem um falante lexicógrafo, tem o léxico todo na sua cabeça. Portanto, é sempre consequente confrontar dois ou mais conhecimentos lexicais para apurar juízos de aceitabilidade.

2.3. Panorâmica das perguntas-respostas com o tag “tradução”

Vale a pena passar à apresentação de alguns exemplos de perguntas-respostas publicadas no *Ciberdúvidas*. O foco da minha selecção reside na tradução do inglês para o português, sendo os consulentes tradutores profissionais.

A principal preocupação dos tradutores que nos consultam consiste em ser rigoroso, correcto, exacto na selecção da forma apropriada, com o propósito prévio de manter o conteúdo, estilo e efeito de texto da língua de partida – o que indicia a tomada da actividade de tradução equivalente à da transcodificação.

- Exemplo de resposta em que o que está em causa é a norma ortográfica ou morfológica do português. Este é, aliás, um filão forte de respostas no *Ciberdúvidas*: a avaliação sobre se uma dada solução pode ser vista como correcta ou apropriada; atende-se à correcção e à boa formação das palavras de acordo com as regras morfológicas do português:

Ciberdúvidas da Língua Portuguesa - Mozilla Firefox

http://ciberduvidas.pt/pergunta.php?id=24946

Ciberdúvidas da Língua Portuguesa

PERGUNTAS E RESPOSTAS

Perguntar [formulário]
Erros mais frequentes
Correio
[Antologia]
[O Português na 1.ª Pessoa]
O Nosso Idioma
Lusofonias
Ensino Patrocinadores

Ministério da Educação

A tradução da palavra inglesa *prodrug*

[Pergunta] Tenho dúvida se existe em português e como se escreve a palavra portuguesa que corresponde a *prodrug* em inglês e que é muito utilizada nas ciências farmacêuticas. Será "pró-fármaco", "profármaco", ou outra?
Agradeço a vossa explicação.

Manuela Meneses :: Engenheira/tradutora :: Lisboa, Portugal

[Resposta] Os proutuários esclarecem que o prefixo **pró-** deve separar-se do radical que se segue por meio de hífen quando o seu significado é «a favor de». Ora, como não é esse o caso de **pro-** em "profármaco", que significará «à maneira de, em lugar de», poder-se-á escrever "profármaco", tal como **pronome** (e não "pró-nome").

Nos dicionários gerais de língua, o termo não está atestado. Mas o *Dicionário de Termos Médicos* de Manuel Freitas e Costa (Porto Editora, 2005) regista **profármaco**, sendo esta, portanto, a forma recomendável.

Ainda que se opte correntemente, por exemplo em textos que circulam na Internet, por "pró-fármaco", recomendo **profármaco**, pelas razões apontadas.

Sara Leite :: 24/11/2008

Concluído

3 Outlook ... Ciberdúvid... Códigos.txt ... SeminTradJ... NoteTab Lig... Proff2000 - ... CorpoSemin... IrfanView

<http://ciberduvidas.pt/pergunta.php?id=24946>

- Exemplo de resposta relativa à pura atestação de formas:

Ciberdúvidas da Língua Portuguesa - Mozilla Firefox

http://ciberduvidas.pt/pergunta.php?id=20739

Ciberdúvidas da Língua Portuguesa

PERGUNTAS E RESPOSTAS

Perguntar [formulário]
Erros mais frequentes
Correio
[Antologia]
[O Português na 1.ª Pessoa]
O Nosso Idioma
Lusofonias
Ensino Patrocinadores

Fundação Vodafone Portugal

A tradução de "taxiway"

[Pergunta] Ao tentar traduzir o termo em inglês *taxiway*, encontrei a expressão «pista de taxiamento». Gostaria, pois, que me dessem o vosso parecer relativamente à aceitabilidade em português desta expressão.
Desde já expresso o meu agradecimento.

Sofia Costa :: Tradutora :: Porto, Portugal

[Resposta] Já existem, pelo menos no português do Brasil, a expressão **fazer táxi**, «deslizar o avião sobre as rodas», e o verbo **taxiar**, «deslizar (o avião) na pista, sobre as rodas (para decolagem ou após o pouso); fazer táxi» (*Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*). É, portanto, possível formar a palavra "taxiamento", que, no entanto, não encontro atestada.

Carlos Rocha :: 04/06/2007

Concluído

A receber - O... Ciberdúvida... NoteTab Light... SeminTradUNI... AnaMartins_T... AnaMartins_T... IrfanView

<http://ciberduvidas.pt/pergunta.php?id=20739>

- Exemplo de entrada em que está em causa o reforço de fontes lexicográficas:

Ciberduvidas da Língua Portuguesa - Mozilla Firefox

http://ciberduvidas.pt/pergunta.php?id=16794

Ciberduvidas da Língua Portuguesa

PERGUNTAS E RESPOSTAS
 Perguntar [formulário]
 Erros mais frequentes
 Correio
 [Antologia]
 [O Português na 1.ª Pessoa]
 O Nosso Idioma
 Lusofonias
 Ensino Patrocinadores

A tradução de "cabin boy"

[Pergunta] «Moço de câmara» é a tradução para "cabin boy" na edição de **A Ilha do Tesouro**, de Robert Louis Stevenson que tenho aqui em casa. Achar que é a melhor tradução? O que é (ou era) um «moço de câmara»?

Timóteo Lobato :: Tradutor :: Portugal

[Resposta] De fa(c)to, não acho que seja a melhor tradução. O **Oxford Advanced Learner's Dictionary** define "cabin-boy" como «boy who works as a waiter in a ship» (em português, «rapaz que trabalha como criado num navio»). O **Webster's Dicionário Inglês-Português**, de António Houaiss, traduz a expressão pelas seguintes designações: «camaroteiro, taifeiro, criado de camarote de navio». Destes três termos, o menos corrente, pelo menos, em Portugal, parece ser **taifeiro**, definido como «serviçal encarregado da taifa nos navios mercantes» no **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa** (versão brasileira) e classificado como **brasileirismo** nessa acepção por José Pedro Machado, no **Grande Dicionário da Língua Portuguesa**. Deste modo, e porque julgo que estamos a falar de uma tradução feita em Portugal, considero **camaroteiro** e **criado de camarote** traduções mais adequadas do que «moço de câmara».

«Pessoa que faz uma sugestão»
 Impropriedade lexical
 Os nomes das ordens (na taxonomia)
 O termo *exodância*
 «Bife da vazia»
 «Ao meu modo de julgar»
 «Concerto com Deus»
 «Boca a saber a papel de música»
 O aportuneguamento *Alcaida*
 «Além disso», «desabilitação tabágica», «métodos de aleatorização»
 Mostra todas

Concluído

Iniciar 3 Outlook ... Ciberduvída... Códigos.txt ... SeminTradU... NoteTab Lig... Proff2000 - ... CorpoSemin... Clipboard0...

<http://ciberduvidas.pt/pergunta.php?id=16794>

• Exemplo de resposta sobre expressões fixas:

Ciberduvidas da Língua Portuguesa - Mozilla Firefox

http://ciberduvidas.pt/pergunta.php?id=26724

Ciberduvidas da Língua Portuguesa

PERGUNTAS E RESPOSTAS
 Perguntar [formulário]
 Erros mais frequentes
 Correio
 [Antologia]
 [O Português na 1.ª Pessoa]
 O Nosso Idioma
 Lusofonias
 Ensino Patrocinadores

Borboletas, ratos e decepções em inglês e português

[Pergunta] Gostaria de saber se há alguma expressão correspondente a «Catch the wheel that breaks a butterfly» em português. A expressão inglesa refere-se a dedicar um esforço extremo ou exagerado a algo insignificante ou inútil. *Wheel*, nesta expressão, refere-se à antiga forma de tortura onde se partiam os ossos da vítima com um ferro, com esta amarrada a uma roda.

Ricardo Constantino :: Tradutor :: Santa Maria da Feira, Portugal

[Resposta] A expressão em causa faz parte da letra da peça intitulada *Falling Down*, escrita por **Noel Gallagher**, membro do grupo musical **Oasis**. A frase faz alusão a uma outra, «who breaks a butterfly upon a wheel?», da autoria do poeta inglês **Alexander Pope** (1688-1744) e que significa literalmente «quem parte uma borboleta sobre a roda de tortura?». Esta expressão aplica-se realmente a uma situação em que os meios, o esforço ou o empenho redundaram num resultado pouco importante.

Não vejo o exa{c}to equivalente desta expressão em português, mas sugiro a frase «a montanha pariu um rato», que é uma elaboração de «parto da montanha», expressão registada e comentada por Guilherme Augusto Simões, no seu *Dicionário de Expressões Populares Portuguesas* (Lisboa, Edições D.

«Um olho no prato e outro no gato»
 Exemplos sobre *incoerência* e falta de coesão nas frases
 O significado da expressão «bodas vermelhas» (poema de Pedro Homem de Mello)
 Comentário sobre a expressão «ao pé da letra»
 Exemplos de actos ilocutórios (expressivo, directivo, assertivo, compromissivo)
 Novamente a *analepse*
 A colocação de «c. c.» («com conhecimento»)
 A contribuição de Austin para a *pragmática linguística*

Concluído

Iniciar 3 Outlook ... Ciberduvída... Códigos.txt ... SeminTradU... NoteTab Lig... Proff2000 - ... CorpoSemin... Clipboard0...

Concluído

Conhecimento

A contribuição de Austin para a pragmática linguística

Os números 1000,99 e 77 333,74, por extenso

Sobre a expressão «creia-me em consideração» na correspondência

Mostra todas

Concluído

Iniciar Outlook Ciberdúvidas Códigos.txt SeminTradu... NoteTab Lig... Proff2000 - ... CorpoSemin... Clipboard0... 17:03

<http://ciberduvidas.pt/pergunta.php?id=26724>

3. No futuro

Poder vir a dar elementos de linguística contrastiva e linguística de corpus, conhecimentos fulcrais no suporte da actividade de tradução, depende dos perfis dos consultores solicitados.

O mérito de um serviço como o do *Ciberdúvidas* depende directamente da pujança dos estudos linguísticos e da dinâmica dos núcleos de investigação, que abasteçam o mercado de investigadores em linguística. Precisamos de oferta alargada e abundante de especialistas disponíveis.

* [Doutora em Linguística Portuguesa](#) pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto; investigadora do Centro de Linguística da Universidade do Porto (ver [artigos](#)); prepara [pós-doutoramento em Aquisição de L2](#) no Centro de Linguística da Universidade de Lisboa enquanto bolseira da FCT.

O Papel das Redes Sociais na Tradução. Perspectivas do Tradutor (Inovações)

Dan Mărășescu

Etudes de langues modernes à l'Université Babes-Bolyai de Cluj en Roumanie et de traduction juridique à l'Université de Malaga en Espagne.

Enseignant de traduction à l'Université de Cluj, Département de LEA ;

Traducteur et formateur indépendant ;

Modérateur du site ProZ.com ;

Traducteur pour le Conseil de l'Union Européenne.

L'un des changements importants survenus dans le monde de la traduction dans les 10 dernières années a été la création de communautés professionnelles globales. Cet effet de la globalisation par l'intermédiaire de l'internet a représenté en même temps une cause principale de la transformation radicale du profil du traducteur et du statut de la profession.

Les communautés de traducteurs présentent une typologie qui mérite d'être examinée. Sites commerciaux comme Proz.com, associations de traducteurs, groupes de discussions révèlent des facettes différentes de la profession.

Parfois des vraies écoles pratiques de la traduction, ces communautés tentent avec plus ou moins de succès de montrer la voie de la réussite professionnelle sur un marché globalisé.

Les communautés en ligne sont devenues incontournables pour les professionnels de la traduction, mais si l'on veut éviter la création de mondes parallèles à l'intérieur de la profession il est nécessaire d'intégrer communautés en ligne avec les institutions de formation des traducteurs et avec les associations professionnelles.

Seminários Hands-On Translation (HOT): Uma iniciativa de cooperação internacional Fernando Ferreira-Alves

There is a shortage of qualified translators around the world, and the best are in high demand.

Jérôme-O’Keeffe, presidente da JTG, Inc. (empresa de comunicações, EUA)

Os recentes desafios que a indústria das línguas tem enfrentado no âmbito das estratégias de globalização e internacionalização atribuem à tradução uma importância decisiva e um maior papel de destaque ao nível da oferta formativa direccionada para a reflexão e prática profissionais.

Dentro das ofertas extracurriculares da Universidade do Minho no domínio da tradução, os seminários HOT (“**H**ands-on **T**ranslation”), bem como outras iniciativas complementares no âmbito do seu curso de Línguas Aplicadas, como por exemplo **Conversas.com** e a brochura “*Quase tudo o que eu (sempre) quis saber sobre tradução - Kit de sobrevivência*”, pretendem abarcar algumas das áreas mais importantes e dinâmicas no domínio dos Estudos de Tradução, apostando essencialmente em actividades de carácter prático e objectivo, resultantes de múltiplas experiências profissionais desenvolvidas em torno dos vários subsectores que envolvem o fenómeno dos serviços linguísticos.

Fruto da sua abertura de espírito e interdisciplinaridade, estes projectos pretendem contribuir para uma maior sensibilização em torno da tradução enquanto cruzamento de saberes, ofícios e disciplinas, visando apresentar, promover e difundir, entre os professores, alunos e comunidades profissionais, práticas e discursos já estabelecidos ou recém-adoptados pelos vários actores que compõem e caracterizam a indústria das línguas.

Esta comunicação visa descrever alguns destes projectos formativos direccionados para a divulgação e a prática experimental sobre a prática tradutológica nos seus múltiplos quadrantes e manifestações profissionais, dentro de uma perspectiva dinâmica em sintonia com as mais recentes evoluções e transformações do sector.

Gostaria de começar sublinhando que, no âmbito do tema aqui debatido, pretendo partilhar a minha experiência pessoal e profissional, enquanto tradutor e formador de tradutores e, nesse sentido, transmitir uma visão particular do universo da tradução conforme vivido e sentido perante as constantes necessidades e transformações várias do mercado e, por inerência, face à multiplicidade dos perfis associados ao Prestador de Serviços de Tradução, utilizando a terminologia validada pela já famosa norma europeia de qualidade para serviços de tradução, EN 15038.

Traduzir, hoje, é mostrar-se atento e receptivo a um mundo cada vez mais diversificado em constante mutação, e é também enfrentar e saber solucionar os desafios colocados, por um lado, pela globalização e respectiva diversificação ao nível de valências e aptidões profissionais, e por outro, pela omnipresença das novas tecnologias da informação e comunicação, sem dúvida o ambiente privilegiado em que se desenvolve a prática da tradução. Efectivamente, a tradução rege-se pelas leis do mercado, da oferta e da procura, pelos esquemas de produção industrial, pelos prazos cada vez mais apertados, pelas inevitáveis pressões de tempo, pelos níveis de produtividade

diária e por padrões de qualidade que lhe conferem um estatuto ao mesmo tempo híbrido e ímpar no domínio da comunicação multilingue.

Por isso, e partindo do ponto de vista do potencial empregador de profissionais de tradução, aproveito para formular duas questões aparentemente simples, embora de difícil resolução perante o dinamismo e a mutabilidade de uma profissão tantas vezes ignorada, como menosprezada: “Quais as competências e aptidões essenciais para o actual prestador de serviços de tradução? e “De que forma é que a oferta formativa pode satisfazer os requisitos e as exigências da profissão?”.

As actuais mudanças ocorridas no âmbito da indústria das línguas, bem como os respectivos constrangimentos e condicionalismos impostos pela confluências de vários actores e parceiros no processo, juntamente com o surgimento de (novas) profissões-satélite e a posterior diversificação dos serviços conduziram a uma profunda reconfiguração do papel e função do Prestador de Serviços de Tradução, responsável pela própria redefinição dos respectivos paradigmas em termos profissionais e formativos.

Estas transformações desencadearam, por seu turno, o surgimento de novas exigências e desafios associados ao desenvolvimento de novos perfis profissionais e novas competências associados à prestação de serviços linguísticos.

Sabemos que a tradução é, cada vez mais, uma exigente actividade profissional inserida no contexto da indústria das línguas, num mercado altamente competitivo e selectivo, mas também movediço e dinâmico, marcado pela fluidez e pela ausência de barreiras e fronteiras face à vertigem deste início de século. Em contexto profissional, a prática tradutológica é, para além disso, uma tarefa multidisciplinar com um elevadíssimo grau de especialização e rigor num ambiente também ele cada vez mais pluridisciplinar, caracterizado pelas dinâmicas e relações nem sempre claras, e nem sempre bem consolidadas entre os vários actores envolvidos no processo, de acordo com novas áreas e domínios do saber.

Por conseguinte, a tradução profissional assume-se, estrategicamente, como um agente do desenvolvimento internacional, elemento dinâmico e catalisador, enquanto cruzamento de saberes, ofícios e disciplinas e, ao mesmo tempo, gerador de novos tipos de conhecimento, graças à suas especialização e diversificação temática e técnica, constante actualização e necessidade de adaptação aos mercados e nascimento de novas comunidades de prática onde interagem múltiplos agentes e actores.

Logo, como conclusão lógica, a prática profissional acaba por ser afectada pela considerável amplitude do mercado, multiplicidade de solicitações, diversidade da oferta e especificidade da procura, a que se junta uma crescente exigência e rigor pela forma como a profissão vai tendo uma maior grau de exposição e protagonismo do ponto de vista social.

Graças, precisamente, à sua inquestionável função social, o tradutor do século XXI é, muitas vezes, descrito como um verdadeiro profissional da indústria da linguagem, um técnico especializado envolvido numa estrutura de produção e prestação de serviços de qualidade cada vez mais profissional, rotinada e parametrizada que ultrapassa a sua mera componente linguística. Por isso, vamos assistindo gradualmente à completa redefinição do papel, função e conceito do tradutor, que se metamorfoseia para dar lugar a uma nova entidade multifacetada, versátil e polivalente.

Daí que, para nós, seja inegável a estreita ligação existente entre a formação do tradutor, o mercado da tradução, o trabalho do tradutor e a tradução profissional. Estas quatro áreas confundem-se e

complementam-se, formando uma entidade dinâmica e interdisciplinar. Nessa óptica, a oferta formativa, curricular ou extra-curricular, terá necessariamente de contemplar essas novas valências e valores associados à prática profissional, acompanhando o espírito dos tempos e adaptando-se a novas realidades e solicitações.

A formação de profissionais deverá, por isso, ser capaz de responder às solicitações do mercado nesse sector, tanto a nível de instituições políticas e culturais como a nível empresarial e técnico. Dada a diversidade das necessidades actuais do mercado no que diz respeito às línguas, tanto a nível das instituições, nacionais e internacionais, como a nível de áreas específicas – como as “indústrias da língua”, o domínio audiovisual, os domínios da tradução técnica e da interpretação – será de privilegiar a prioridade à competência linguística, complementada por uma abordagem geral das áreas de aplicação e, por último, por uma considerável flexibilidade susceptível de desenvolver qualidades de autonomia e criatividade essenciais ao desempenho da sua futura actividade profissional.

Assim sendo, e perante esta nova configuração do perfil e função do tradutor, parece-nos que a formação terá de ser o mais polivalente e versátil possível, bem como suficientemente multifacetada, integrada e multimodal, orientada para as novas profissões-satélite ou extensões do trabalho do tradutor, e convenientemente aberta e disponível de forma a resolver o problema das equações especialista/generalista, técnico/social/humano. Nesse sentido, uma perspectiva multi e interdisciplinar afigura-se como uma opção sensata no sentido de dotar o profissional de uma série de estratégias e soluções que permitam a sua integração e adaptação face aos contextos de trabalhos mais diversificados, caracterizados pela heterogeneidade social, abrangência do leque de opções linguísticas, especialização temática e conceptual e diversificação e complexidade tecnológicas.

Ofertas extracurriculares da Universidade do Minho no domínio da tradução:

Tendo como base os desígnios acima expostos, e partindo da análise das necessidades e objectivos do sector, a Universidade do Minho tem vindo, ao longo dos últimos anos, a assegurar uma oferta formativa capaz de corresponder às crescentes solicitações, exigências e necessidades do mercado.

Esta filosofia assenta, sobretudo, na possibilidade de permitir um diálogo profícuo e positivo entre Teoria e Prática, *Academia* e Profissão, articulando de uma forma eficaz esses dois pilares essenciais, Formação e Profissão, graças a uma atitude transdisciplinar direccionada para um enfoque no mundo profissional, pela convocação de especialistas, profissionais, investigadores e formadores com experiência e créditos firmados no sector.

O projecto HOT (“Hands-on Translation”) nasceu precisamente da tentativa de dar resposta aos recentes desafios que a indústria das línguas tem enfrentado no âmbito das estratégias de globalização e internacionalização, bem como da importância decisiva da tradução e um maior papel de destaque ao nível da oferta formativa direccionada para a reflexão e prática profissionais.

Em consonância com o dinamismo sectorial e as suas novas tendências, o objectivo dos Seminários HOT (“Hands-on Translation”), por exemplo, consiste em estabelecer pontes e diálogos convergentes e apresentar as várias faces e rostos da tradução, bem como dos múltiplos quadrantes e manifestações profissionais em sintonia com as mais recentes evoluções e transformações do sector.

Conforme expresso no seu site oficial, disponível em <http://www2.ilch.uminho.pt/eventos/hot/>, o objectivo dos seminários HOT passa por apresentar, promover e difundir, entre os professores,

alunos e comunidades profissionais, práticas e discursos já estabelecidos ou recém-adoptados pelos vários actores que compõem e caracterizam a indústria das línguas. Pretende-se, de igual forma, fomentar a abertura às áreas mais importantes e dinâmicas no domínio dos Estudos de Tradução e respectiva partilha de saberes e práticas com novas comunidades através de actividades de carácter prático e objectivo, susceptíveis de permitir uma troca de múltiplas experiências profissionais e interdisciplinares, associadas aos vários subsectores que envolvem o fenómeno dos serviços linguísticos.

Até à data, os Seminários HOT (Hands-on Translation) tiveram três edições, estando prevista uma quarta sessão, a decorrer em Março de 2010. As sessões realizadas abrangeram as seguintes temáticas, a saber Tradução Audiovisual, Ferramentas e Tecnologias para a Tradução, Tradução Jurídica e Interpretação / *Interpreting Studies*.

O 1º Seminário HOT dedicado ao tema da Tradução Audiovisual teve lugar nos dias 9 e 10 de Março de 2007, e contou com as presenças de Jorge Diaz-Cintas (Universidade de Roehampton), Lourdes Lorenzo Garcia (Universidade de Vigo), Ana Pereira Rodríguez (Universidade de Vigo) e da SDI Media Group.

O 2º Seminário HOT teve como tema as *Ferramentas e Tecnologias para Tradutores* e decorreu nos dias 20 e 21 de Setembro de 2007, com oradores convidados como Frank Austermühl (Universidade de Auckland, Nova Zelândia, “Electronic Tools for Translators”), Vanessa Enríquez Raído (Universidade de Auckland, Nova Zelândia) e José Ramón Biau Gil (Universidade de Rovira i Virgili, Tarragona).

Entre 27 e 28 de Fevereiro de 2009 decorreu o 3º Seminário HOT (Tradução Jurídica), com as presenças de Esther Monzó i Nebot (Universidade Jaume I, GITRAD e LEXTRA), Eva Bacelar (Tradutora da Procuradoria-Geral da República), Manuel Macaísta Malheiros (Jurista Linguísta, chefe da Divisão de Tradução Portuguesa do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias), Uwe Lehmann (Tradutor jurídico profissional), Pedro Coral Costa (Advogado, tradutor e docente do ISLA) e Miguel Magalhães (representante da Direcção-Geral da Tradução em Portugal; coordenador linguístico para a língua portuguesa).

Nos dias 12 e 13 de Março de 2010, realizar-se-á o 4º HOT, direccionado para os Estudos de Interpretação/Interpretação de Conferências, com as presenças de Daniel Gile (ESIT, EST, AIIC), Erik Hertog (Lessius/EULITA), Angela Collados Ais (Universidade de Granada) e Claudia Monacelli (Libera Università degli Studi S. Pio V, Roma).

Em paralelo com as actividades acima mencionadas, realiza-se ainda, periodicamente, uma iniciativa designada Conversas.com, que assume uma forma de palestra com profissionais integrados no domínio da tradução. A primeira sessão contou com a participação de Chris Durban, tradutora profissional e formadora, e membro da ATA, ITI e SFT. Chris Durban é ainda autora dos manuais “Translation – Getting it Right” e “Translation – Buying a non-commodity”, bem como de várias rubricas em fóruns de tradutores, nomeadamente “The Onionskin” e “Fire Ant and Worker Bee”.

O segundo convidado foi Tom Connolly, inserido no tema Gestão de Projectos/*Project Management*, no âmbito da Localização e Normalização na indústria das línguas.

Por último, a 6 de Novembro de 2009, a Universidade do Minho teve o prazer de receber a Professora Christiane Nord da Universidade de Magdeburgo, e um dos nomes mais sonantes da

chamada Teoria Funcionalista, que proferiu uma conferência intitulada “Translating as a Purposeful Activity: *Skopostheorie* explained”.

Outra das iniciativas no domínio da tradução é o CTTT - *Consortium for Training Translation Teachers*, um evento destinado à formação de formadores na área da tradução, que assume a forma de um curso de formação intensivo orientado para professores e especialistas na área dos estudos de tradução.

Com base nos modelos de formação utilizados desde 2001, nomeadamente Tarragona 2001, Vicenza 2002, Granada 2003, Tarragona 2004 e Braga 2005, este seminário internacional intensivo em Inglês resulta de uma parceria entre a Universidade do Minho e uma das mais prestigiadas escolas de formação de tradutores, a Universidade de Rovira i Virgili, Tarragona, contando com a presença de especialistas nacionais e internacionais, nomeadamente Anthony Pym, Belinda Maia, Bert Esselink, Minako O’Hagan e Reinhard Schäler (2005) e Brian Mossop, Daniel Gouadec, Debbie Folaron, Frank Austermühl e Sue Ellen Wright (2008).

A Universidade do Minho, através do seu Instituto de Letras e Ciências Humanas (ILCH), oferece ainda o CLP – *Certified Localisation Professional*, que consiste na implementação de um curso em regime de *blended learning* e sessões presenciais, direccionado para as boas práticas profissionais e respectivas ferramentas e recursos tecnológicos no domínio da Localização, conducente a uma certificação em Localização, em parceria com o TILP (*The Institute of Localisation Professionals* – Univ. Limerick, Irlanda).

Por último, e ao nível das publicações, destacamos o guia “Quase tudo o que eu (sempre) quis saber sobre Tradução: Kit de sobrevivência”, disponível em <http://hdl.handle.net/1822/5890>. Trata-se de um recurso resultante de um trabalho de estágio, no âmbito da licenciatura em Línguas Estrangeiras Aplicadas.

Enquanto produto de um trabalho original, o manual resulta de um apurado e exaustivo processo de recolha, compilação e sistematização de uma quantidade considerável de informação disseminada por várias fontes, electrónicas ou em papel, orientado por um desígnio comum de aproximar respectivamente a profissão de tradutor dos leitores, consumidores, clientes e profissionais envolvidos na cadeia de prestação de serviços de tradução de qualidade superior.

Conforme indicado no seu prólogo, a ideia de produzir o referido manual partiu da análise de vários documentos disponíveis sobre a tradução profissional, entre os quais encontramos a brochura “Translation: Getting it Right”, da autoria de Chris Durban, bem como outras fontes electrónicas diversas, e nas quais baseámos parcialmente o nosso trabalho, após obtenção da respectiva autorização por parte dos seus autores. Posteriormente, estas informações disseminadas por várias fontes foram reformuladas e complementadas por outros textos e documentos, tendo em vista o processo de adaptação dos conteúdos à realidade específica portuguesa, bem como o público-alvo.

Longe de se assumir como uma tradução, cópia ou réplica fiel dos documentos supracitados, o presente manual pretende constituir uma adaptação livre muito específica e concreta ao contexto e realidade da tradução em Portugal, sobretudo na óptica do recém-licenciado ou futuro tradutor, sem quaisquer outras veleidades e ambições que não a divulgação pura e simples da profissão através da sua aproximação ao leitor/utilizador.

A tradução em contexto profissional é, hoje, uma tarefa multidisciplinar com um elevadíssimo grau de especialização e rigor num ambiente também ele cada vez mais pluridisciplinar, caracterizado pelas dinâmicas e relações entre os vários actores, a saber, o produtor, o fornecedor, o intermediário e o cliente ou consumidor/utilizador final. Por conseguinte, este trabalho apresenta uma visão descomprometida e ligeira sobre o mercado, o enquadramento e a prática que envolvem a tradução profissional a nível nacional e internacional, visando, tão só, servir de objecto de consulta, apoio e complemento a quem se aventura nesta profissão que tem tanto de aliciante, como de insondável e inconstante.

Enquanto repositório do “estado da arte” e brevíssima introdução ao mundo da tradução, o manual visa constituir uma fonte de informação essencial e basilar sobre as envolventes e circunstâncias que enformam e condicionam a prática profissional, fornecendo, ao mesmo tempo uma caracterização leve e despretensiosa da profissão para todos os interessados, docentes, alunos, recém-licenciados, profissionais e clientes.

Tentámos abordar de forma sucinta e ligeira alguns dos principais aspectos relacionados com a tradução em Portugal, apontando o caminho a seguir para a qualidade na prestação de serviços de tradução, alertando para os erros a evitar durante o processo de tradução, identificando cambiantes e dinâmicas subjacentes e fornecendo informações pertinentes acerca do estatuto profissional do tradutor, cursos e saídas profissionais existentes, bem como outras questões e sugestões de eventual interesse para os agentes envolvidos e interessados pelo sector através de exemplos práticos e reais. Uma das principais preocupações subjacentes à construção do referido guia passou pela inclusão da informação mais correcta e actualizada possível relativamente à situação da actividade da tradução em contexto profissional.

Este “Kit de sobrevivência” contém ainda um anexo intitulado “Manual de instruções para clientes preventes”, com informações úteis, aconselhamento prático e uma breve introdução ao universo da tradução na óptica do cliente ou consumidor final de serviços de tradução.

Conclusão

Gostaria de terminar recuperando e subvertendo o *dictum* de Luís de Camões, “mudam-se os tempos, mudam-se as vontades”. No actual universo da tradução, mudaram-se os tempos e as vontades, mas também as metodologias de trabalho, as exigências e os perfis dos clientes. Mudou o mercado e o “timing” de execução dos trabalhos, os prazos, os locais e os contextos de tradução. Mudaram as ferramentas de trabalho e mudaram as competências e qualidades do tradutor. Mudou o estilo de abordagem face ao cliente e mudou a própria postura de relacionamento entre os profissionais da tradução. Exigem-se novos padrões de comportamento e novos parâmetros de ética e deontologia profissionais capazes de aceitar a diferença com tolerância e respeito mútuos. Exigem-se novas qualidades fisiológicas, psicológicas, emocionais e intelectuais. Exige-se, no fundo, um novo “saber fazer” e um novo “saber estar”.

Mantém-se, no entanto, essa mesma vontade de construir (e volto a citar) “um saber de experiência(s) feito”, ontem como hoje, feito de técnica, engenho e arte, inspiração e trabalho, rigor e improviso, afinal essa dicotomia que, ontem como hoje, atravessa os Estudos de Tradução.

Quando o Passado Criativo era Futuro Inovador: O Inverno de 1983

Luís Filipe PL Sabino

Nasceu em Elvas, em 1945, cerca de um mês e tal depois das bombas de Hiroshima e Nagasaki.

Viveu com os pais em Elvas, em Tanger, uns meses, em Lisboa, vários anos e, entre 1983 e 2008, trabalhou com entusiasmo nas instituições europeias em Bruxelas e no Luxemburgo. Gosta de animais (cães, especialmente), de sol e de outras coisas boas. Licenciou-se na Faculdade de Direito de Lisboa, em 1971, em Direito...claro. Está casado com a filha de um médico e tem três filhos. Dedicar-se actualmente em Portugal a fazer coisas diversas. Reside perto de Lisboa. Espera viver até muito tarde, porque não tem pressa em ir para o Céu.

Vejam lá as coisas que me ocorrem ao vir aqui trocar convosco umas impressões sobre língua e tradução. Quando vivia na Bélgica e ia a uma loja comprar um artigo, obtinha por vezes esta resposta: que não o temos; mas, acrescentava a vendedora — *«à mon avis, normalement, nous l'aurons la semaine prochaine»* o que queria dizer, por regra: que a empregada não tinha ideia nenhuma da chegada do produto... Digo isto sem ruindade, dado que, como já viram, não faço mal a uma mosca. Pois a simpática bruxelense arrumava assim o assunto e eu lá ia sem ser servido.

Mas que relação tem tudo isto com o Seminário de hoje ... Veremos.

Em Janeiro de 1983, cheguei à Comissão Europeia, em Bruxelas, para trabalhar no serviço de tradução de língua portuguesa. Deixava para trás uns verdes anos e mais outros de exercício da profissão de causídico. Via pela frente uma grande vontade de mudar de vida. Mal sabia eu que, após os escolhos próprios do início destas coisas, ia passar na Bélgica os até agora melhores anos da minha vida. Já por lá tinham andado o Herberto Hélder, atracado à sua Annemarie, e os comboios para Antuérpia; e o Vitorino Nemésio e o José Rodrigues Miguéis e o Manuel Teixeira Gomes e muitos outros.

Mas, como ia dizendo, e à sombra de muitos destes antepassados, cheguei ali em Janeiro de 1983. O dia era de sol, de frio invernos, usual naqueles territórios onde Júlio César deixou as legiões e a língua de que emergiram, entre outras, as belas línguas faladas pela empregada de balcão e por ilustres oradores que hoje me antecederam.

Em Bruxelas, a tarefa que tínhamos logo de início era ciclópica: traduzir para português não só os tratados originários (Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, a Comunidade Europeia da Energia Atómica, a Comunidade Económica Europeia) e todos os actos a eles relativos, mas ainda milhares de páginas de legislação da então CEE — aquele amontoado de regulamentos e directivas e decisões, etc. que fazia o que se chamava o direito derivado histórico, a par de muitas outras páginas de documentos internos e externos de todo o cariz, de modo a ter tudo pronto no momento da adesão do nosso país. Cujas data, então, se ignorava, até porque as negociações de adesão flutuavam. Acrescia a circunstância de, no serviço de tradução portuguesa da Comissão, sermos uns escassos gatos e gatas pingados e pingadas, com contratos temporários e dúvidas permanentes... mas armados, reconheça-se, de uma grande vontade de vencer. Até porque éramos pagos para isso e o que tem que ser tem muita força...

Permitam-me também referir de passagem outro aspecto: muitos textos do acervo comunitário foram traduzidos em Portugal (por gente sem formação e sem preparação: secretariados de ministros, por exemplo) e enviados para revisão e aprovação em Bruxelas por nós, serviços de tradução (a versão portuguesa desses textos tinha que ser anexada ao tratado de adesão). Essa ligeireza com que se tratavam as traduções dava coisas delirantes — de um Ministério chegou-nos a nós o termo francês «demandeur» traduzido por «pedinte»... Enfim, coisas da vida...

As dificuldades eram, pois, de monta, mas os tempos eram de pioneirismo e de epopeia... principalmente vistos décadas depois. Era uma espécie «De bello gallico» à nossa moda...

Eram os tempos do tippex, das máquinas de escrever eléctricas e deseléctricas, do stêncil, do lápis, da borracha, da fita-cola, do papel A4 e A3, das dúvidas e das certezas que depois se transmudaram em novas dúvidas. Ainda havia o Muro de Berlim e lá em casa ainda havia muitos aniversários. Era também o tempo em que, em alguns documentos internos, palavras portuguesas com o «ç» passavam a um simples «c»... Assim, uma colega nossa, das que primeiro chegaram, de seu nome Graça, passou a chamar-se Graca o que, embora não fosse relevante, até tinha a sua graça ...ou, melhor, a sua graca... Computadores então? Nem pensar! Telemóveis, muito menos! Para isso venham daqui a uns anos! Escrevam à mão! E lá nos fomos despachando. A História, as enciclopédias e o cinema não registam estes grandes momentos, mas nós éramos jovens, belos e talentosos...

Nenhum de nós tinha formação de tradutor, ou melhor, de tradutora, pois que a maioria era do então sexo feminino, hoje género feminino. Ele era um jurista e uma jurista, ele era uma economista, uma letrista, um de história, etc. Digamos: assim uma espécie de nano-empresa criada para um fim específico.

Esta pluralidade de formações em vários domínios, mas não da tradução, foi a meu ver uma vantagem (podem contestar isto, mas é o que penso...): não havia preciosismos, nem longos debates teóricos em torno da Arte de Traduzir: avançava-se, fabricando as traduções com a rapidez e os meios de bordo. Ou seja: íamos criando um Passado Criativo, à medida que íamos organizando o nosso Tempo e a nossa Qualidade com um cuidado que, visto daqui, me parece de relevar. E o resultado não foi mau de todo em todo ...tanto assim que permitiu a adesão de Portugal em Junho de 1985. Tantos êxitos da nossa parte podiam, como nos romances heróicos, levar-nos à glória ou ao suicídio — lá nos safámos do suicídio; e quanto à glória... veja-se que, para a cerimónia de assinatura do Tratado de Adesão do nosso país, no Mosteiro dos Jerónimos, nenhum de nós, os pioneiros, foi convidado — vejam lá como a ingratidão vem de longe!! E isto apesar de a Tradução estar na origem de tudo!! E ser a profissão mais antiga do mundo... a par daquela que toda a gente conhece...

Mas voltando agora à ausência de formados (ou licenciados) em tradução há ainda que aditar um elemento de relevo. Como não podia deixar de ser, íamo-nos formando em exercício (ou seja: produzíamos e aprendíamos) com um autodidactismo inevitável e uma tarimba frutuosa. Mais tarde, já pelo ano de 1985, e face à necessidade de ter mais pessoal, hoje «recursos humanos», na tradução, convidaram-se jovens licenciados para estágios de tradução em Bruxelas.

Os formadores éramos nós, os primeiros, os que haviam chegado em 1982/1983. Era uma formação teórico-prática, com noções das instituições europeias, rudimentos de direito comunitário e de políticas comunitárias e muitos exercícios de tradução. Após uns meses de formação, os jovens licenciados eram submetidos por nós a exames escritos e orais e os aprovados recebiam um

contrato temporário, começando de imediato a traduzir sob a égide dos «antigos». Creio que foi uma acção de grande valia, cujos resultados foram altamente positivos.

Outro aspecto. Não se punha ainda claramente a questão mais central da presença da nossa língua na cena internacional, dado que tal decorria da normalidade das coisas — a pluralidade linguística na então CEE — e, designadamente, do Regulamento n.º 1 de 1958, que fixou o regime de igualdade das línguas. Mas punha-se então claramente, para os poucos que ali traduziam para português, algo anterior a todas as considerações de Poder: a correcção do resultado da operação de tradução, a limpidez linguística, a descodificação dos meandros da legislação comunitária e a necessidade imperiosa de ter os milhares de páginas vertidas em Português antes da adesão... Daí que o nosso trabalho fosse seguido com atenção por parte da hierarquia na Comissão, pois que esta se comprometera a ter tudo o necessário traduzido na data da adesão, como, aliás, sucedeu. Nós éramos ali, então, uma espécie de Baudelaire tradutor: sem as traduções que fez de Edgar Allan Poe, o escritor americano ficaria vedado a muitos franceses, o que teria sido lamentável; sem as nossas traduções ...ficariam vedados a muitos portugueses aqueles milhares de páginas do Jornal Oficial, o que, mesmo que não fizesse chorar ninguém, pelo menos impediria um sono repousante...

É verdade que, como é sabido, em matéria de internacionalização a nossa língua já não era virgem há muito tempo. Isto é: ela já figurava em muita legislação oriunda de múltiplas organizações internacionais de que Portugal fazia parte. Para não ir mais atrás no tempo, cito, entre muitos exemplos, a legislação aduaneira: Portugal era desde 1953 membro da organização intergovernamental Conselho de Cooperação Aduaneira, pelo que os muitos documentos dela oriundos eram desde há muito objecto de tradução para português para, por via de acto interno nacional, poderem vigorar na ordem jurídica portuguesa.

Assim, em alguns domínios, os tradutores incipientes que então éramos, nos anos de 1983 a 1985, dispunham de alguns (repito: alguns) elementos terminológicos anteriores de que se podiam valer. E íamos estabelecendo as nossas redes (as redes, matéria hoje já aqui referidas) que compreendiam contactos em Ministérios nacionais, gente das Universidades, sabedores em vários domínios... Mas, diga-se, em algumas áreas, andávamos a apanhar bonés, e dada a então inexistência dos Bons Novos Tempos da Internet, esse Futuro Inovador, pelo qual não podíamos esperar, lá se ia fazendo das tripas coração, cozinhando como se podia, e o estro permitia, toda aquela legislação que Portugal aceitou, em português, na data da adesão em 1985.

Mas os espinhos da tarefa não estavam só aí. É que, não obstante esses elementos anteriores que pudesse haver, o certo é que para chegar a eles havia o percurso do combatente — o tradutor maçarico que nós éramos tinha que suspeitar que havia terminologia anterior, aplicando uma regra decorrente das histórias policiais (se há cadáver, há criminoso, ou seja, se há este texto, nesta matéria em língua estrangeira, deve haver algo em português a propósito); passada a fase da suspeita, se a houvesse, havia que buscar esses elementos terminológicos, manuseando papéis e mais papéis, documentos extensos, livros de múltiplas páginas, e encontrá-los o que, reconheça-se, amiúde não era fácil ...dada a urgência e pressão em que então se trabalhou, os meios (hoje obsoletos) de que dispúnhamos e a novidade e diversidade extrema dos temas. A transferência de competências de Portugal para a UE conduzia e conduz frequentemente à necessidade de criar palavras novas (ou com outra utilização) em português. Por exemplo: forfetário, «ecu», acervo, euro; ou dar um género a «sida» no momento em que se começou a legislar na UE sobre a nova epidemia, quando ainda não havia legislação nacional, nem estabilidade vocabular na matéria. Daí a importância de rigor técnico no estabelecimento de textos portugueses na UE. Depois, ou antes,

havia que ter a intuição, aquele faro especial que diferencia os tradutores e os polícias de investigação criminal entre si: mas isso não é para todos: é como a Virtude — ou «se tiene» ou «no se tiene»...

Neste capítulo das matérias a traduzir há que fazer referência especial à área jurídica. Muitos dos textos eram de complexidade jurídica assinalável, de terminologia muitas vezes a criar em português, a partir de textos nas várias línguas então oficiais da então CEE, sendo o objectivo manter uma equivalência entre todos os textos normativos. Não se esqueça a estrutura democrática em que assenta toda a construção europeia, e o seu meio principal de actuação: o Direito. A democracia, com a sua igualdade de todos perante a lei (neste caso, uma lei plurilingue), requer leis uniformes em todas as suas versões linguísticas; daí, a grande responsabilidade que coube, e cabe, a todos os que na CEE/UE tiveram e têm a tarefa de traduzir textos legislativos — através deles (tradutores), a democracia pode impor-se ou... recuar. Não é excessiva esta afirmação, embora se saiba que os regimes democráticos dispõem de múltiplos instrumentos que «corrigem» as imperfeições das leis que, aliás, por vezes até nem são aplicadas.

Na CEE/UE um desses instrumentos é, como se sabe, o de que as diversas versões linguísticas de um texto legislativo não sejam consideradas isoladamente, antes se devendo buscar a vontade do legislador à luz de todas as versões. Valerá sempre a pena reiterar o facto de os textos da UE em português não terem (como não tinham) o estatuto de traduções, mas de textos autênticos... mesmo que tecnicamente sejam produzidos a partir de outras línguas veiculares. Todas as línguas são oficiais e de trabalho segundo o tratado, e a jurisprudência do Tribunal de Justiça da UE considera de valor idêntico os textos produzidos em cada uma delas. Daí a importância — desculpem a insistência — dos serviços de tradução nas instituições da UE.

Nesses tempos dos primórdios da tradução portuguesa na Comissão, tínhamos consciência do inédito da nossa missão, que se revelava também no seguinte, que trago à colação, embora seja coisa de todos sabida. Sistemas jurídicos nacionais plurilingues já os havia há muito: era o caso da Bélgica, do Canadá e da Suíça. Mas a CEE, que actuava ao nível supranacional e não intergovernamental, introduzia um elemento novo na senda da CECA (Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (1951): a legislação que adoptava (melhor: os seus «regulamentos») eram directamente aplicáveis nos Estados-Membros, isto é, sem intervenção das autoridades nacionais. Portanto o trajecto era e é, *grosso modo*, e muito resumidamente, o seguinte: o texto do regulamento é feito numa das línguas de trabalho, em seguida é traduzido (no caso que nos interessa, para português) e depois publicado no Jornal Oficial, passando a valer como lei em Portugal. O que basta para aquilatar da importância do trabalho do tradutor neste âmbito.

Bom, mas com o tempo e a experiência, as coisas foram andando bem, a meu ver: os serviços de tradução iam fazendo o seu trabalho, retirado e em silêncio, e só vinham à tona quando era necessário imputar «culpas» a alguém por um desacordo numa conferência ou por um diferendo em torno de um texto — «há aqui um erro de tradução» dizia-se (e diz-se) em caso de aflição extrema... mas o mundo é assim, e daí não vem mal ao mundo...

Mas estávamos nós muito quentinhos a traduzir... quando a certa altura, lá para finais dos anos 80, a língua francesa, que até então era preponderante como língua de trabalho dentro da Comissão, começou a perder terreno em proveito do inglês. O que não tem obviamente mal nenhum (não curo aqui das questões de Poder associadas à presença de uma ou outra língua, o que no quotidiano das organizações internacionais tem particular delicadeza pelo, além do mais, reflexo que tem para o exterior). Mas a consequência, com o decorrer do tempo, foi que a nossa língua, nas instituições

européias, começou a ser «contaminada» pela língua da velha Albion, sendo disso uma ilustração o uso e abuso do termo «implementação» também em textos de natureza jurídica. Explicando melhor: até aí o francês, que era uma espécie de matriz, permitia soluções no português jurídico consentâneas com as nossas tradições jurídicas. Mas, a desatenção de alguns e a pressão de textos que foram surgindo nos jornais (onde por vezes a descautela de redacção é gritante), e em publicações com certa autoridade, foram difundindo na nossa língua de especialidade, nas traduções nas instituições, alguns termos e forma de expressão ao arripio de um certo património que não causava problemas a ninguém. Mas, como se sabe, quando se traduz do inglês para português, a extensão da frase na língua de chegada (o português) é muito superior à existente na língua de partida (o inglês), o que acarretou uma nova exigência ao trabalho da tradução: havia que satisfazer necessidades da cultura de chegada, mas mantendo um nível de linguagem e de termos equivalentes (coisa delicada nos textos maioritariamente jurídicos) em ambas as línguas.

Volto à famosa «implementação» pela qual não estou propriamente apaixonado. Antes dela falava-se em aplicação, execução, entrada em vigor, etc. No reinado dela, ela passou a ser utilizada como tradução directa do «implementation»: dadas as similitudes com a palavra portuguesa «implementação», lançou-se mão desta e vai daí usa-se na linguagem jurídica para a qual tínhamos e temos expressões consagradas, que não faziam mal a ninguém. Certo é que «implementação» é legítima palavra lusitana; mas, como ocorre por vezes, não basta que o termo figure no dicionário, por muito reputado que ele seja. Há que observar o uso que dele se vai fazer: e aí é que a porca torce o rabo, com o devido respeito pela porca e pelo respectivo rabo, porque essa sensibilidade essencial nem toda agente a tem. Volto a dizer: o mundo não parou e o Tony Carreira prossegue na sua carreira de êxitos... mas um pouco mais de cuidado ficaria bem.

Também naqueles tempos antigos havia que rectificar por vezes a pontaria nos textos que traduzíamos na Comissão Europeia. Assim, a dada altura, e estávamos nós ainda muito quentinhos, lembra-se alguém de utilizar na tradução do Estatuto dos Funcionários da CEE (chamemos-lhe assim para facilitar) o termo «esposa». Quando vi isto, ia-me passando! Eu até gosto muito de esposas, mas num texto jurídico... Daí que depois se tenha passado para o termo correcto que, no caso, era «cônjuge».

Isto são peripécias que hoje valem o que valem e que não quis deixar de relembrar.

Mas tenho o dever de voltar ao princípio deste texto e referir ainda a empregada de balcão de Bruxelas. A tradução tem disto: por vezes não se tem ideia da chegada da solução para um termo que queremos traduzir; o melhor, foi o que fiz muitas vezes, é dormir sobre o assunto e talvez na próxima semana... haja um resultado...

Luís Filipe PL Sabino

Quelle politique européenne pour la traduction ?

Jean-François Baldi

Né le 19/08/1958

1984- 1988: Imprimerie nationale - Responsable du département financier

1988-1992: Délégation interministérielle à la ville - Financement des projets de requalification urbaine

1992-1998 : Ministère du budget - Equilibre des régimes de protection sociale

1998-2004: Délégation générale à la langue française et aux langues de France (ministère de la culture et de la communication) - Chef de la mission de l'emploi et de la diffusion de la langue française.

Depuis 2004: Délégué général adjoint à la langue française et aux langues de France.

Mesdames et messieurs,

Tout d'abord, permettez-moi de vous exprimer le plaisir que j'ai aujourd'hui à m'exprimer devant vous sur la politique européenne en faveur de la traduction, même si l'on peut s'interroger sur la légitimité que peut avoir un représentant d'un Etat membre à s'exprimer sur ce sujet.

Ne reviendrait-il pas à l'Union européenne elle-même à s'exprimer sur cette question ? Union européenne qui dispose de 1 750 traducteurs à la direction générale de la traduction et dont les services d'interprétation prennent en charge 11 000 réunions par an.

Sur cette réalité, le représentant d'un Etat membre que je suis pose un regard admiratif mais lucide. Admiratif, car il s'agit là de services d'interprétation et de traduction uniques au monde. Lucide, parce que l'Union européenne a longtemps envisagé la question de la traduction uniquement dans le cadre de ses propres institutions : la Commission, le Conseil, le Parlement...

Or, nous devons aussi nous interroger sur ce que peut l'Europe pour la traduction dans les sociétés, car la traduction, on le sait, même si elle est peu visible, est partout dans nos vies, dans notre travail, nos loisirs, nos modes de consommation....

Le commissaire européen chargé du multilinguisme Léonard Orban est bien conscient de ces enjeux lorsqu'il affirme, je cite : « je considère la traduction comme l'une des expressions du multilinguisme. Une société est multilingue lorsque ses citoyens peuvent parler plusieurs langues, certes, mais aussi lorsque les langues que l'on y parle communiquent continûment par la traduction ».

Si l'on retourne un peu plus de 50 ans en arrière, on constate que la traduction et plus généralement le multilinguisme sont depuis l'origine au coeur du projet européen.

En effet, le premier règlement que se sont fixées les institutions européennes concerne leur régime linguistique. Il s'agit du règlement n°1 de la Communauté économique européenne et de la Communauté européenne de l'énergie atomique daté du 15 avril 1958.

Ce texte constitue le socle d'un multilinguisme protecteur. D'abord, il reconnaît les quatre langues du Traité de Rome – à savoir alors le français, l'allemand, l'italien et le néerlandais – comme langues officielles et de travail. Surtout, il dispose que les textes adressés par les institutions à un Etat membre ou à l'un de ses ressortissants sont rédigés dans la langue de cet Etat et que les textes adressés par les administrés aux institutions sont rédigés dans l'une des langues officielles.

Aujourd'hui, les langues officielles de l'Union sont au nombre de 23 et les principes sont restés les mêmes : le multilinguisme est une valeur essentielle et la traduction son corollaire.

Ce multilinguisme s'appuie d'abord sur les services dédiés. La direction générale de la traduction, je l'ai dit en préambule, est l'un des plus grands services de traduction du monde: elle compte 1 750 linguistes et prend en charge toute la traduction écrite sur papier et sur internet.

La situation mérite cependant d'être examinée de plus près.

Lorsque les projets de textes législatifs sont transmis par la Commission européenne au Conseil, ils le sont dans toutes les langues officielles. En revanche, les premières versions de ces textes établies au sein de la Commission sont le plus souvent écrites en anglais : 74% de ces documents sont rédigés en anglais, 12% en français, 2% en allemand, les autres langues officielles se répartissant les 12% restants.

Au Conseil, on pourrait penser que la langue de diffusion originale des documents varie en fonction des présidences semestrielles. Ce n'est pas vraiment le cas. On constate ainsi que sous présidence française, au second semestre 2008, 65% des documents ont été rédigés en anglais et 16% en français. La présidence portugaise au second semestre 2007 a connu la même tendance avec 79% de textes rédigés en anglais (7% en français).

L'institution qui consacre le plus de place au multilinguisme est le Parlement européen, puisque, conformément à son règlement, « tous les documents du Parlement sont rédigés dans les langues officielles » et « tous les députés ont le droit de s'exprimer dans la langue officielle de leur choix ».

Dans les faits, c'est une approche plus flexible qui est retenue. Cette approche est fondée sur des besoins en interprétation et en traduction communiqués à l'avance et classés selon leur priorité.

L'interprétation et la traduction sont intégralement assurés pour les sessions plénières, pour les réunions des commissions parlementaires et pour tous les documents officiels. L'anglais tend toutefois à s'imposer comme langue de travail dans les contacts informels, ainsi que dans les documents et les réunions préparatoires. Il est d'ailleurs la langue de rédaction de près de la moitié des documents produits au Parlement européen (46%), contre 18% pour le français.

Pour conclure sur ce premier volet, disons que l'on peut déplorer l'écart existant entre la volonté exprimée par les pères fondateurs de l'Union européenne et la réalité actuelle. Mais constatons la difficulté à mettre en oeuvre un multilinguisme intégral, alors que l'on est passé de 6 à 27 Etats membres et qu'avec 23 langues officielles, ce sont désormais 506 combinaisons linguistiques possibles auxquelles fait face l'Union.

Ayons également présent à l'esprit l'effort consenti par l'Union européenne, qui consacre 1,1 milliard d'euros à la traduction et à l'interprétation, toutes institutions confondues. Cette somme représente 2,25 euros par citoyen et par an. C'est à peu près le prix d'un café en terrasse, en France du moins.

C'est le prix payé par les citoyens pour le respect du pluralisme et l'exercice de la démocratie dans les institutions européennes.

Mais l'Union ne limite pas sa politique du multilinguisme et de la traduction au seul fonctionnement de ses institutions. Elle s'appuie sur des programmes qui diffusent cette politique dans les sociétés.

Il s'agit, par exemple, du programme *Culture*, dont un des volets concerne le soutien aux maisons d'édition pour les traductions et pour la publication d'oeuvres de fiction traduites d'une langue européenne vers une autre. Le but est de promouvoir l'héritage littéraire des citoyens européens, en diffusant le plus largement possible des oeuvres de chaque pays et de chaque culture.

Mais sur les 400 millions d'euros alloués à ce programme sur la période 2007-2013, seuls 2,5% sont consacrés au soutien à la traduction d'oeuvres de fiction. Or, la traduction est un levier propre à renforcer le secteur de l'édition, industrie culturelle majeure en Europe, avec un chiffre d'affaires estimé à 22 milliards d'euros.

Le soutien de l'Europe porte aussi sur les oeuvres cinématographiques et audiovisuelles. C'est l'objet du programme *Média* (doté de 755 millions d'euros pour la période 2007-2013), qui permet à l'Union européenne de soutenir le doublage et le sous-titrage et de favoriser ainsi la distribution et la diffusion des oeuvres audiovisuelles européennes dans et hors de l'Europe.

Si l'on porte notre regard maintenant sur les technologies de la langue, on constate que l'Union leur accorde un grand rôle pour le fonctionnement de ses institutions, mais agit encore insuffisamment pour favoriser la conception et la diffusion de ces technologies au profit des citoyens.

La Commission européenne a investi plus de 60 millions d'euros dans la mise au point de technologies de traduction automatique: 28 des 506 combinaisons linguistiques possibles sont ainsi disponibles, essentiellement les langues d'Europe de l'ouest à partir de et vers l'anglais et le français.

Un gros effort a aussi été entrepris pour développer les mémoires de traduction de l'ensemble de l'acquis communautaire: une base documentaire renfermant des millions de phrases dans les 23 langues officielles a été récemment mise à la disposition du public. Garder ainsi en mémoire d'énormes ensembles de textes déjà traduits permet de ne plus retraduire et de garder l'homogénéité des terminologies.

La Commission européenne a par ailleurs développé une très importante base de données terminologique multilingue baptisée IATE (*Inter Active Terminology for Europe*): elle compte aujourd'hui près de 9 millions de termes et 500 000 abréviations, dans les différentes langues officielles de l'UE. Cette base de données est d'accès libre et constitue une aide précieuse pour les terminologues et les traducteurs.

Comparativement, l'effort de recherche conduit par la Commission européenne au profit des Etats membres est assez modeste.

Dans le programme cadre de recherche et développement, dont la 7ème édition couvre la période 2007-2013, les questions liées aux « interactions basées sur le langage » - en réalité essentiellement la traduction automatique - ne font pas l'objet d'un engagement marqué: 26 millions d'euros leur

sont consacrés, à rapprocher du budget total consacré aux technologies de l'information et de la communication, qui dépasse les 9 milliards d'euros.

Par ailleurs, un certain nombre de domaines cruciaux sont insuffisamment couverts par cette action: je pense à la convergence des programmes de recherche, à l'identification des domaines d'application concernés et au déploiement des technologies résultant de ces recherches sur l'ensemble des langues de l'Union et non sur quelques-unes.

Sur un plan plus général, l'Europe a tout intérêt à prendre la mesure du foisonnement des métiers et des techniques liés à la traduction, leur valeur ajoutée dans l'économie européenne et le rôle qu'ils jouent dans la circulation des oeuvres et des savoirs.

Le grand public identifie surtout le traducteur littéraire, mais il y a dans les faits une grande diversité de métiers. On peut ainsi recenser:

- le traducteur technique, qui est souvent spécialiste d'un domaine particulier: traducteur de brevets, traducteur financier, traducteur juridique, pharmaceutique... C'est dans ce domaine de la traduction spécialisée que la demande sur le marché est la plus forte.

- le traducteur audiovisuel, qui regroupe lui-même différents métiers. On pense au sous-titreur, qui crée les sous-titres d'un film diffusé en version originale. Opération délicate, car un sous-titre nécessite une adaptation au rythme de l'image: il faut adapter la longueur des phrases à la durée des plans. C'est cette part très grande d'adaptation qui fait parfois dire aux spectateurs que les sous-titres ne correspondent pas à ce que disent les acteurs à l'écran.

Cette part d'adaptation, on la retrouve dans le travail du doublage: le doubleur ne se contente pas de traduire le texte, il doit faire en sorte que celui-ci soit synchronisé avec les mouvements des lèvres des comédiens.

- dans le domaine du spectacle vivant, le sur-titrage joue un rôle majeur: il est désormais considéré par la plupart des spectateurs comme essentiel au bon déroulement d'une représentation en langue étrangère.

Là aussi, il s'agit d'un travail très pointu: le sur-titreur traduit le texte d'une oeuvre représentée en langue étrangère, pièce de théâtre, opéra ou autre, pour qu'il soit présenté au-dessus de la scène. Il doit assurer lui-même la diffusion des sur-titres durant la représentation et les faire coïncider parfaitement avec le déroulement de la pièce et ses éventuels aléas.

Mais d'autres métiers sont apparus plus récemment avec l'internationalisation des échanges.

C'est le cas par exemple du traducteur-localisateur, qui ne se contente pas de traduire, mais qui adapte le texte aux réalités techniques, culturelles et fonctionnelles de chaque pays. Cela va de la prise en compte des systèmes électriques, des unités de mesure, des formats d'adresse, à celle des valeurs et préjugés des consommateurs locaux.

On trouve une variété presque aussi grande du côté de l'interprétation, avec les interprètes de conférence, de liaison, ou encore les interprètes en langues des signes.

Face à cette grande diversité, face aux exigences de qualité et de professionnalisation qui en découlent, l'Union européenne n'est pas inactive.

Elle a pris conscience de l'importance qui s'attache à la valorisation de la profession de traducteur, à l'harmonisation des formations européennes en traduction et donc à la description des compétences que ces formations doivent développer. C'est tout le sens du réseau des masters européen en traduction lancé le 15 septembre dernier par la Commission européenne.

Ce réseau vise à améliorer la qualité des formations en traduction au sein de l'Union européenne, à favoriser la coopération et les échanges entre les établissements d'enseignement supérieur qui proposent des programmes de traduction. L'objectif est, à terme, de créer un véritable marché européen pour des traducteurs compétents.

Un premier appel à candidatures a été lancé pour participer à ce réseau: sur 93 établissements supérieurs ayant déposé leur candidature, 34 programmes ont été sélectionnés. La France se situe en tête, avec 7 programmes retenus, suivie du Royaume Uni (5 programmes), de la Belgique, de l'Italie et de l'Espagne avec 3 programmes (un programme a été sélectionné pour le Portugal, celui de l'université de lettres de Porto).

D'autres initiatives plus modestes mais allant dans le même sens ont été prises récemment par la Commission européenne, par exemple le concours européen des jeunes traducteurs qui en est à sa troisième édition, ou encore la conférence sur la traduction littéraire que le président Barroso a présidée le 20 avril dernier.

Mais dans ce domaine, si l'Union européenne peut fédérer les efforts et faire connaître les projets, beaucoup dépend de la volonté des Etats membres.

C'est ce constat qui a conduit la France à prendre un certain nombre d'initiatives sous sa présidence.

D'abord, en organisant le 26 septembre 2008 des *Etats généraux du multilinguisme*, où le rôle de la traduction comme vecteur du dialogue interculturel a été mis en lumière.

Surtout, en faisant adopter le 21 novembre 2008 par le Conseil de l'Union européenne une résolution qui invite les Etats membres et la Commission européenne à réfléchir à la mise en place d'un programme européen spécifique en faveur de la traduction, à la hauteur des enjeux culturels, technologiques et professionnels qu'elle comporte.

Un tel programme aurait l'avantage de donner une cohérence et une visibilité à des aides qui sont pour l'instant dispersées et peu visibles. Surtout, il montrerait l'intérêt politique que l'Europe porte à la traduction.

Enfin, je signalerai l'initiative originale prise par un certain nombre d'intellectuels et d'artistes européens – au nombre desquels Manoel de Oliveira et Edouardo Lourenço – qui ont lancé l'année dernière en marge des *Etats généraux du multilinguisme* un appel en faveur d'une politique européenne de la traduction. Ce appel a été publié dans plusieurs grands quotidiens européens et a recueilli à ce jour 1 800 signatures. Il se termine comme ceci: « Dans la traduction, le projet européen puisera une énergie renouvelée ».

Car si l'Union européenne, du moins à l'intérieur de ses frontières provisoires, a assuré la circulation des marchandises, des capitaux et des hommes, il est temps qu'elle se donne pour tâche de faire circuler les savoirs, les oeuvres et les imaginaires. La traduction joue là un rôle politique essentiel.

Lista de participantes

	Nome	Instituição	E-mail
1.	Abreu, Mário César Borges Marques de	-	m.mario.cesar@gmail.com
2.	Albuquerque, Alexandra Marina Nunes	ISCAP – IPP / CLUNL – FCSH	alexalb@netcabo.pt
3.	Almeida, Rita Borges de	Biomérieux Portugal, Lda.	rita.almeida@eu.biomerieux.com
4.	Almeida, Sónia Maryse Magalhães de	ESE Setúbal	sonia-maryse@hotmail.com
5.	Almeida, Zara Soares de	Assembleia da República	zara.almeida@ar.parlamento.pt
6.	Antunes, Fernanda Ascensão Ferreira	Procuradoria-Geral da República	fantunes@gddc.pt
7.	Ascensão, Sara Pinto de	ESE Setúbal	sara.puka@hotmail.com
8.	Bacelar, Eva Amado	Procuradoria-Geral da República	bacelar@pgr.pt
9.	Bandeira, Maria de Fátima Simões	ESE Setúbal	ppe_26_mbb@hotmail.com
10.	Barriga, Tânia Alexandra Oliveira	FLUC	thekurotenshi@sapo.pt
11.	Borges, Jéssica Estelle Lopes	ESECS Leiria	jessy_borges@hotmail.com
12.	Carvalho, Jorge Ilídio Azevedo de	ESEC UALG	jcarvalho@ualg.pt
13.	Carvalho, Maria Amélia Ribeiro de	Universidade do Minho	acarvalho@ilch.uminho.pt
14.	Casqueira, Jacinto Salgueiro	ESECS Leiria	jacintocasqueira@hotmail.com
15.	Castanheira, Maria de Fátima	Traducta	info@traducta.pt
16.	Coelho, Adriana de Moura	FLUC	dribunny@gmail.com
17.	Coelho, Paula Cristina da Costa	-	paulaccoelho@sapo.pt
18.	Cunha, Eunice Valente	FLUL	eunice.desafiojovem@gmail.com
19.	Dias, João Roque	Independente	jrdias@mail.telepac.pt
20.	Dias, Maria de Fátima Rodrigues	British Council	fatima.dias@pt.britishcouncil.org
21.	Dias, Rosa Leonor	Parlamento Europeu	rosaleonor.dias@europarl.europa.eu
22.	Duarte, Daniel Carlos	Traducta	info@traducta.pt
23.	Fei, Yan	ESECS Leiria	-
24.	Ferreira, João Telmo Rodrigues Gomes	ESECS Leiria	evil_predator@clix.pt
25.	Gil, Marta Pereira	FLUC	martagil73@gmail.com
26.	Hao, Tian	ESECS Leiria	nicolas1117@live.cn
27.	I, Kong Ian	ESECS Leiria	grace8875@yahoo.comtw
28.	Ji, Guo	ESECS Leiria	-
29.	Jorge, Guilhermina	FLUL	gjorge@fl.ul.pt
30.	Kin, Ng Chon	ESECS Leiria	-
31.	Lang, Shuangqui	ESECS Leiria	shuangqui.lang@ipleiria.pt
32.	Lei, Huang	ESECS Leiria	-
33.	Leite, Maria Paula C. T. Sant'Anna	-	psleite@hotmail.com
34.	Lima, Ana Martins	FLUL	ana.lima6@gmail.com
35.	Liu, Song Yue	ESECS Leiria	aliceliu2007@msn.com
36.	Long, Wang Tian	ESECS Leiria	wtljame@99.com
37.	Lopes, João Belmonte	Traducta	info@traducta.pt
38.	Lu, Wang	ESECS Leiria	teresawanglu@hotmail.com
39.	Marcelino, Susana Maria Simões	ESECS Leiria	-
40.	Marinho, João Paulo de Sapage	ESECS Leiria	-
41.	Matos, Maria Teresa Aça de	ESEC – Universidade do Algarve	mtmatos@ualg.pt
42.	Mira, Sílvia Carina Ferreira	FLUC	-
43.	Monteiro, Isabel Coutinho	Tradutora Independente	icm.tradutora@gmail.com
44.	Monteiro, Mafalda do Vale	ESE Setúbal	mafalda_monteiro@hotmail.com
45.	Morais, Olga Cristina	Tradutora Freelance	morais.olga@gmail.com
46.	Morgado, Tiago André Ferreira	ESECS Leiria	-
47.	Mota, Carla Sofia Catarina Silva	IP Tomar	sofia.mota@ip.pt
48.	Mourão, Helena Alexandra Ferreira	FLUC	helena.a.f.mourao@gmail.com
49.	Nan, Yang	ESECS Leiria	nagatomutsu@hotmail.com

50. Nuno, Pedro Gonçalo de Sousa Martinho Sacadura	ESECS Leiria	–
51. Oliveira, David Filipe dos Santos Neves	FLUC	dfilipe.df@gmail.com
52. Oliveira, José Mário Nogueira	ESECS Leiria	–
53. Oliveira, Luís Filipe Lopes	ESECS Leiria	–
54. Oliveira, Maria do Carmo Marques de	Lusoscript	carmo.oliveira@euroscript.pt
55. Palinhos, Cristina Margarida Casegas	ESECS Leiria	–
56. Pires, Ana Maria da Silva Pacheco Fonseca	Tradutora Freelance	anamaria.pires@netcabo.pt
57. Plag, Cornelia Elisabeth	FLUC	cornelia.plag@fl.uc.pt
58. Qi, Mei Wei	ESECS Leiria	–
59. Ran, Chen Si	ESECS Leiria	–
60. Rodrigues, Elisabeth Porto	FLUC	beth1610@terra.com.br
61. Rodrigues, Isabel Marques	ESECS Leiria	belita_pintas@hotmail.com
62. Rosa, Isabel	ESE Algarve	isabelrosamail@sapo.pt
63. Shan, He	ESECS Leiria	–
64. Shiqun, Lu	ESECS Leiria	–
65. Silva, Manuel Fernando Moreira da	ISCAP – IPP / CLUNL – FCSH	mdasilva@iscap.ipp.pt
66. Simões, Fernando André Cardoso Oliveira	FLUC	andresimoescardoso@gmail.com
67. Sousa, Carina Sofia Antunes de	ESECS Leiria	souscarina@hotmail.com
68. Sousa, Marie-Christine Mancini Pais de	Advogados	mancinipaisdesousa@gmail.com
69. Taborda, Maria Filomena de S Sequeira	British Council	filomenaseq@gmail.com
70. Teng, U I	ESECS Leiria	santorini5533@yahoo.com.hk
71. Tip, Hon Chon	ESECS Leiria	fly_fly_fly@hotmail.com
72. Viegas, Alexandre Cláudio de Sena	Tradutempo	alexandre@desenaviegas.com
73. Violeiro, Nuno	ESECS Leiria	–
74. Vozone, Ana Serrano	Tradutora Freelance	anavozone@gmail.com
75. Wai, Kuok Mei	ESECS Leiria	waiwai1239@hotmail.com
76. Wen, Zhang	ESECS Leiria	–
77. Wu, Xinjuan	ESECS Leiria	xinjuan.wu@ipleiria.pt
78. Yan, Li Yan	ESECS Leiria	swallow7512@hotmail.com
79. Yi, Sun Ru	ESECS Leiria	–
80. Yu, Liu	ESECS Leiria	–
81. Yuan, Yang	ESECS Leiria	–
82. Yuiuo, He	ESECS Leiria	kuku19880508@live.cn
83. Zhou, Anna	ESECS Leiria	joan_nana89@hotmail.com

Numa longa e rica tradição
começada em 1988, realizou-se,
em 16 de Novembro de 2009, em Lisboa,
nas salas do Instituto Franco-Português,
a XII edição do já famoso
**SEMINÁRIO DE TRADUÇÃO
CIENTÍFICA E TÉCNICA
EM LÍNGUA PORTUGUESA.**

Este seminário, organizado conjuntamente
pela União Latina
e a Fundação para a Ciência e a Tecnologia,
contou com a colaboração
da Representação da Comissão Europeia
em Portugal
e da Associação Portuguesa
de Tradutores.